



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DE SOUSA
UNIDADE ACADEMICA DE DIREITO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

FABRICIA MARIA DE ANDRADE

ATRIBUIÇÕES DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: discutindo sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (SPAIF) no CRAS de um Município do alto sertão paraibano

SOUSA –PB
2019

FABRICIA MARIA DE ANDRADE

ATRIBUIÇÕES DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: discutindo sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (SPAIF) no CRAS de um Município do alto sertão paraibano

Trabalho de conclusão do curso apresentado à Coordenação do Curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Me. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa.

SOUSA/PB
2019.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Biblioteca Setorial de Sousa UFCG/CCJS
Bibliotecária – Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

A553a Andrade, Fabricia Maria de.

Atribuições do/a assistente social na política de assistência social: discutindo sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (SPAIF) no CRAS de um Município do alto sertão paraibano. / Fabricia Maria de Andrade. - Sousa: [s.n], 2019.

66 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS/UFCG, 2019.

Orientadora: Prof.^a Me. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa

1. Assistência Social. 2. Atribuições. 3. SPAIF. 4. CRAS. I. Título.

FABRICIA MARIA DE ANDRADE

ATRIBUIÇÕES DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: discutindo sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (SPAIF) no CRAS de um Município do alto sertão paraibano

Trabalho de conclusão do curso apresentado à Coordenação do Curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Me. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa.

Aprovada em: 08/07/2019

BANCA EXAMINADORA

Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa
ORIENTADORA

Luan Gomes dos Santos de Oliveira
EXAMINADOR (A)

Palloma Maria Gomes Jácome
EXAMINADOR (A)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu filho Hugo; meus pais, Luzenira e Fernando pelo apoio e incentivo na minha caminhada, minhas irmãs, Flávia e Fernanda e também a muitos amigos que me apoiaram neste trajeto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente por ter me permitido viver, enfrentar e realizar este sonho, a tua força foi o meu sustento neste percurso.

A minha melhor parte, meu filho Hugo pela paciência e o entendimento, pois embora criança, sempre compreendeu as minhas ausências.

A minha mãe Luzenira, que em todos os momentos foi minha fortaleza, incentivo e inspiração que não mediu esforços para que eu conseguisse trilhar este caminho.

Ao meu pai Fernando, que também foi pedra fundamental para a minha perseverança, sempre me incentivando e contribuindo para que conseguisse persistir na minha luta.

As minhas irmãs Flávia e Fernanda que estiveram comigo durante toda esta trajetória. Obrigada pelo companheirismo de sempre.

As/os colegas de trabalho, pelo entendimento e pelas palavras de força em meio às dificuldades na conciliação entre trabalho e a faculdade.

A minha querida Dona Francisca, um anjo na minha vida, por todo o apoio recebido por ti desde sempre.

A todos os meus colegas, em especial a minha companheira de luta Anúzia que nunca mediu esforços para me ajudar em todas as horas em que a ela buscava.

A minha querida orientadora, Cibelly Michalane, que de modo especial e a partir do seu comprometimento me traçou as possibilidades de efetivar esta conquista. A esta profissional extraordinária e ser humano grandioso, minha eterna gratidão!

As minhas supervisoras de campo de estágio, Anna Karla e Virgínia Alves por ter me proporcionado tão ímpar contribuição de aquisições para o meu processo de formação.

A equipe CRAS Vitória Antunes de Andrade pela receptividade e acolhida durante o período de estágio na instituição

Enfim, agradeço a todos/as que trilharam este caminho ao meu lado, contribuindo para que objetivasse a conclusão deste trabalho e para realização deste sonho.

A todos/as minha eterna gratidão!!!

EPÍGRAFE

O povo nunca é humanitário. O que há de mais fundamental na criatura do povo é a atenção estreita aos seus interesses, e a exclusão cuidadosa, praticada sempre que possível, dos interesses alheios.

Fernando Pessoa

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso traz uma análise das atribuições dos assistentes sociais na Política de Assistência Social dentro do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família em um CRAS no Município do alto sertão da Paraíba na percepção dos profissionais que atuam na instituição. Desse modo, tentamos apreender quais as condições de trabalho destes profissionais, dando ênfase aos serviços prestados e as fragilidades inseridas para a garantia dos direitos aos usuários. A temática surgiu a partir das inquietações emergidas pela experiência como estagiária na referida instituição. A pesquisa foi realizada em caráter exploratório de cunho fundamentado qualitativo. Os sujeitos incluídos na pesquisa foram profissionais que atuam na política dentro da instituição, em uma seleção de amostra não probabilística aplicada à duas assistentes sociais. A coleta de dados se deu por um roteiro de entrevista semiestruturado e a sua análise foi realizada por meio do conteúdo das falas. O método para a análise foi o materialismo histórico dialético por proporcionar uma compreensão e apreensão concreta da realidade e suas variadas determinações. Os resultados da pesquisa foram reveladores de que as situações de trabalho dos assistentes sociais enfrentam diversas fragilidades no que tange as suas atribuições e execução da política, onde os atendimentos ainda são precários e a falta de reconhecimento da gestão para com a política e os profissionais debilitam as condições para a garantia e efetivação dos direitos dos usuários/as.

Palavras-Chave-Assistência Social. Atribuição Profissional. SPAIF.

ABSTRACT

This final project brings an analysis of the tasks of social workers on the Social welfare policy in the service of protection and Full Service family a CRAS in the municipality of alto serrate of Paraiba the perception of professionals working in the institution. In this way, we try to grasp what the working conditions of these professionals, focusing on services and the weaknesses inserted to the guarantee of rights to users. The theme emerged from the concerns emerged for the experience as an intern in the said institution. The survey was conducted in exploratory character of substantiated quality. The subjects included in the survey were professionals who work in politics within the institution, in a selection of non-probability sample applied to the two social workers. Data collection took place by a semi structured interview and your analysis was performed by means of the contents of the lines. The method of analysis was historical materialism dialectic by providing an understanding and apprehension of the reality and its various provisions. The results of this research were that the developers work situations of social workers face several weaknesses regarding their duties and implementation of policy, where the attendances are still precarious and the lack of recognition of the for management and policy professionals undermine the conditions for warranty and implementation of the rights of users.

Keywords: Social Assistance. Professional Assignment. SPAIF.

LISTA DE SIGLAS

BPC-Benefício de Prestação Continuada

CEAS- Centro de Estudos e Ação Social

Centros POP- Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua

CFAS- Conselho Federal de Assistência Social

CFESS-Conselho Federal de Assistência Social

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

CNSS- Conselho Nacional de Serviço Social

CRESS-Conselho Regional de Serviço Social

DOU- Diário Oficial da União

DRU- Desvinculação de Receitas da União

EDUPE-Editora da Universidade de Pernambuco

FNAS-Fundo Nacional da Assistência

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

MDS- Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB-Norma Operacional Básica

PAIF-Serviço de proteção e Atendimento Integral a Família

PIB-Produto Interno Bruto

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PSB- Proteção Social Básica

PSE-Proteção Social Especial

PT-Partido dos Trabalhadores

SCFV- Serviço de Convivência Fortalecimento de Vínculos

SEAS-Secretaria Estadual de Assistência Social

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI- Serviço Social da Indústria

SNAS- Secretária Nacional de Assistência Social

SPAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família

SUAS-Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1- A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES	12
1.1-Trajetória da assistência social no Brasil: da filantropia a concepção de política estatal.....	12
1.2-Configurações da Política de assistência social nos anos 2000.....	18
1.3-Rebatimentos na Política de Assistência no cenário contemporâneo: a fase perversa do neoliberalismo	30
2-ATRIBUIÇÕES DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIASOCIAL	37
2.1-O Serviço Social na assistência social: breve retrospectivo sócio histórico	37
2.2-O Serviço social na cena contemporânea	47
2.3-O Serviço Social no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (SPAIF): atribuições, competências e desafios.	53
3-A PESQUISA- ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA OPERACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA (SPAIF) EM UM MUNICÍPIO DO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA: DESVENDANDO A REALIDADE	
3.1 Percursos metodológicos da pesquisa	60
3.2 Análises dos dados coletados da pesquisa	61
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) traz análises sobre a atuação dos/as assistentes sociais na Política de Assistência Social, especificamente no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (SPAIF), em um Município do alto sertão paraibano, através de pesquisa exploratória de campo e bibliográfica.

A temática surgiu a partir da experiência de estágio no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), suscitando inquietações no que tange ao SPAIF como articulador de todos os programas referenciados por essa instituição, no sentido de analisar como se desenvolve a intervenção das assistentes sociais que atuam na referida instituição, diante dos impasses cotidianos sofridos em decorrência da afrontosa e aviltante política neoliberal.

Portanto, à pesquisa aqui apresentada, bem como as análises traçadas neste trabalho buscam possibilitar uma percepção aprofundada sobre a política de assistência e o trabalho das assistentes sociais junto às famílias atendidas referenciadas pelo CRAS/SPAIF.

Desse modo, o Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em três capítulos, os quais passaremos a apresentar nos próximos parágrafos.

No primeiro capítulo, intitulado **A Política de Assistência Social no Brasil: algumas reflexões**, trouxemos uma retrospectiva sócio histórica sobre a referida política da sua gênese a trajetória do Serviço Social desde a sua gênese ao cenário contemporâneo.

No segundo capítulo, denominado **Atribuições dos/as assistentes sociais na Política de Assistência Social**, trouxemos uma abordagem sócio histórico da inserção do profissional de serviço Social na assistência social, suas configurações de seu percurso na contemporaneidade e focalizamos nas suas atribuições dentro do campo de trabalho realizado com as famílias do SPAIF.

No terceiro capítulo, denominado a **Pesquisa**, trouxemos os dados coletados na pesquisa de campo realizada junto às assistentes sociais que atuam no CRAS. Inicialmente, neste capítulo, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, enfatizando todos os caminhos percorridos para a realização da mesma.

Por fim, tecemos as considerações finais, as referências utilizadas para referendar teoricamente o estudo apresentado, e os apêndices que fizeram parte do

processo de construção e efetivação do estudo que culminou neste Trabalho de Conclusão de Curso.

Acreditamos que as discussões traçadas neste trabalho poderão contribuir para o aprofundamento de algumas análises em torno da temática aqui traçada, bem como poderá suscitar outras inquietações, dada a complexidade do assunto, que culminarão na realização de novas pesquisas para o aprimoramento do assunto, tendo em vista a sua proeminência e mudanças constantes na conjuntura vigente, em que se evidencia as constantes mudanças que vêm sofrendo as políticas públicas.

1 A Política de Assistência Social no Brasil: algumas reflexões

1.1 Trajetória da assistência social no Brasil: da filantropia à concepção de política estatal

A assistência social no Brasil no seu contexto histórico se insere a partir de organização filantrópica que colocava para a sociedade civil, em especial as igrejas, o papel de cuidar dos problemas sociais que eram considerados pelo Estado como caso de polícia.

É interessante ressaltar que as ações assistenciais se davam a partir da solidariedade, benevolência e caridade, pautadas a atender a classe pobre, considerada frágil e doente.

A assistência se transforma em responsabilidade do Estado a partir da percepção de que seria preciso formas para minimizar as expressões da questão social, oriunda da dicotômica relação entre capital e trabalho. Nesse sentido, pode-se entender por questão social, conforme Iamamoto (2008, p.95), “[...] o processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político, exigindo a partir de suas lutas, o seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado”.

Mediante o reconhecimento das tensões da sociedade pelo Estado, o Serviço Social se insere por meio da ação social mediada através da Igreja Católica¹ atuando na operacionalização da assistência, porém vinculada ao assistencialismo, desprovido de qualquer perspectiva de direito garantido constitucionalmente.

Assim a filantropia organiza a assistência com práticas de ajuda social tendo em sua competência atender aqueles/as afetados/as pela desigualdade social. Nesse contexto as ações assistenciais eram constituídas pelo voluntariado e favoritismo entrelaçados ao amor pelo ser humano e a preocupação com a garantia da dignidade nas condições de vida através de ações benemerentes.

¹ O serviço social é uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho e que surge a partir da transição do capitalismo concorrencial ao monopolista, dentro de um conjunto de enfrentamentos do Estado a questão social, tendo a presença da Igreja Católica de forma marcante nas suas protoformas articulados nos princípios da caridade e filantropia e, sob forte influência das damas de caridade, cujo referencial teórico se baseava nas doutrinas da referida igreja, a exemplo do neotomismo.

Este assistencialismo era direcionado aqueles/as inseridos/as em determinadas segmentos da sociedade com “deficiência” para resolver suas situações seja por falta de conhecimento, razões, bem como outros fatores e condições para seu intermédio, assim:

A assistência social, além de delimitar a ação a um campo, o social, institucionaliza uma prática, imprime uma racionalidade, constrói um conhecimento. Assim ela compreende um conjunto de atividades desenvolvidas nas áreas públicas e privada, com o objetivo de suprir, sanar ou prevenir, por meio de métodos e técnicas próprias, deficiências e necessidades de indivíduos ou grupos quanto à sobrevivência, convivência e autonomia social (MESTRINER, 2011, p.16).

Essas iniciativas eram desenvolvidas para suprir as dificuldades no campo social, estruturadas nas relações da sociedade civil no formato de doações, atingindo a classe excluída, e fortalecendo a suas condições subalternas e não contribuindo para a superação da pobreza e exclusão, voltando-se apenas para proporcionar em caráter de emergência o atendimento a minorias dos segmentos populacionais dependentes destes auxílios.

Mesmo o Estado reconhecendo a assistência como política, a partir dos anos de 1930, especificamente no governo de Getúlio Vargas, não ficou sobre sua responsabilidade das demandas da população carente. O atendimento a estas continuou direcionado às instituições sem fins lucrativos, ou seja, filantrópicas, pois a assistência por parte do Estado era destinada apenas aos/as trabalhadores/as inseridos/as no mercado de trabalho formal, excluindo, portanto, uma parcela expressiva da população que não trabalhava de carteira assinada, expressando assim o caráter celetista, parcial e excludente da assistência².

Após a revolução de 1930, com o avanço do capitalismo, o Estado se desprende do seu caráter coercitivo e passa a se preocupar com as diversas intermediações, promovendo novas formas de administrar os efeitos da crise

² As políticas sociais são a formulação dos padrões de proteção social, os desdobramentos e respostas ao enfrentamento das múltiplas expressões da questão social no capitalismo que se apresenta como as relações de exploração do trabalho sobre o capital. A força de trabalho reagia a exploração do capital, fundado em mais valia, com extensão do tempo de trabalho, exploração de crianças, idosos e mulheres, ou seja, a luta de classes contundentes em todas as formas expondo a questão social, surgindo greves e manifestações. Daí emergem as políticas sociais para fornecer respostas no enfrentamento das desigualdades sociais e no aumento da pauperização (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

oferecendo serviços para a regulação da economia, às massas empobrecidas, bem como ao proletário industrializado. As ações interventivas direcionadas eram pautadas na moral, democracia e ordem em meio à moderna economia, dos impulsos industriais e a regulamentação de proteção social por meio da rigidez e burocracia na busca de resoluções junto às necessidades reconhecidas.

Em 1932, surge o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)³ que formaliza a primeira escola de Serviço Social no Brasil, mantida pela Igreja, formando moças para implantar as doutrinas da Igreja Católica para “cuidar” da questão social, que ganhava uma dimensão moral e que precisava contar com o conservadorismo das ações doutrinárias para a assistência⁴.

Ainda na década de 1930 começam a surgir às organizações de Serviço Social na esfera pública, como o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS)⁵ que tinha o papel de subsidiar as organizações. Se configurando apenas, como mais um órgão para manipular, por meio político, a clientela consolidando a filantropia para o amparo social no setor privado.

A partir da década de 1940, ao identificar à relativa perda de hegemonia da Igreja Católica, no tocante a perspectiva de convencimento ideológico dos fiéis, bem como, por se identificar a supremacia do modo de produção capitalista que vai angariando forças, o Estado passa a denotar uma relativa preocupação com as problemáticas vivenciadas pela classe trabalhadora, porém, e isso não se pode deixar de compreender e sinalizar, com fins eminentemente controlistas e manipuladores à favor do modo de produção capitalista.

³ “A Escola de Serviço Social de São Paulo nasceu no Centro de Estudos e Ação Social – CEAS. O Centro surge de um grupo de moças preocupadas com a questão social e que participaram ativamente no Curso de Formação Social organizado pelas cónegas regulares de Santo Agostinho, de 1º de abril a 15 de maio de 1932. O curso foi dirigido por Mademoiselle Adèle de Loneaux, professora da École Catholique de Service Social de Bruxelas. E a finalidade básica do CEAS é “o estudo e a difusão da doutrina social da Igreja e a ação social dentro da mesma diretriz” (AGUIAR, 2011, p.42-43).

⁴ Naquele contexto, eram denominadas ações de assistência, aquelas atividades de pronto socorro social, ou seja, as de ajuda material ou financeiras destinadas às populações com problemas agudos de subsistência, em geral procedidas por voluntários ou auxiliares sociais. Tais atividades passam a ser relegadas pelos profissionais de Serviço Social, tanto pelo seu caráter paliativo e clientelístico, quanto pelas limitações que traziam a afirmação do assistente social como profissional no quadro institucional (SPOSATI *et al* 2014).

⁵ A criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) decreto lei nº 525 de 01/07/1938 veio consolidar a estratégia de aliança entre Estado e sociedade via filantropia, criado para cooperar com os ministérios da educação e saúde formados pela sociedade cultural e a filantrópica regulada pelo Estado para tratar a pobreza dos trabalhadores (MESTRINER, 2011).

À medida que o Estado se responsabiliza pelas condições de reprodução da força do trabalho, passa a incorporar igualmente na nova técnica social, o Serviço Social, transformando seus profissionais em agentes fundamentais na execução desta área programática. A presença do técnico introduz procedimentos racionais e científicos e garante a face da justiça social na operação da assistência (CARVALHO et al, p. 62).

Dentro deste processo surge em 1942 a primeira instituição para articular a assistência social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada pelo governo, na perspectiva de colaborar com o Estado, na representação entre os que recebiam os benefícios e suas relações incorporando a conformidade com a classe subalterna e inserindo a partir desta o primeiro clientelismo que ainda permanece presente até os dias de hoje.

A LBA tinha o escopo de assistir aos familiares dos pracinhas que foram para a guerra e também estendendo suas ações para a população pobre, especialmente nas áreas materno-infantil, representando a assistência pelo governo, tendo a figura da primeira dama, persistindo o clientelismo e benemerência na assistência social brasileira.

Com as transformações decorrentes da industrialização e as relações de trabalho, começam a surgir novas entidades como organizações assistenciais para atender as reivindicações da classe trabalhadora. Em 1942, é inaugurado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), posteriormente, o Serviço Social da Indústria (SESI) em 1946 que preparava os trabalhadores para atender o desenvolvimento e aceleração da indústria, encarregando o empresariado de qualificar seus operários.

Em meados da década de 1950 com as configurações de expansão do capitalismo referenciando um quadro de mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais das relações capital e trabalho, atenuando assim, novas propostas de atendimento na área de assistência social que começa a se ampliar para os estados e municípios brasileiros, os sindicatos ganham forças. Porém, em 1964⁶ ocorre o

⁶ Na tentativa de viabilizar melhores condições de vida para a sociedade, em 1964 o então presidente João Goulart apresentou um esquema de mudanças econômicas e sociais, isso deixou a burguesia receosa da sociedade vivenciar o socialismo por isso conservadores capitalistas projetaram a queda de João Goulart através de um golpe militar. A partir daí as eleições foram extintas, passando a vigorar o regime militar que se configurou como um dos grandes marcos para a história do Brasil.

Golpe Militar no Brasil, abortando qualquer possibilidade de crescimento e investimento em políticas públicas, bem como em condições de crescimento para a classe trabalhadora, pois a intenção real consistia no aprimoramento dos intentos para o desenvolvimento do modo de produção capitalista em todos os setores da sociedade.

Só a partir do segundo lustro dos anos de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), é que as políticas sociais passam a adquirir caráter público de responsabilidade do Estado e da sociedade civil.

A constituição de 1988 foi promulgada em uma realidade onde os compromissos do país do ponto de vista econômico estavam em sentido contrário as suas determinações. Se o tempo impõe um Estado responsável pelas políticas da seguridade social, os compromissos indicam a saída do Estado desse campo encaminhando-o para ou para ótica privada ou para a filantropia. Foi nesse embate que a assistência social adquiriu o status de política social pública, afiançadora de direitos (COUTO, 2010, p.186).

A assistência social até mais da metade do século XX era considerada como não política, de pouca efetividade social e apoiada no clientelismo, no mando, no favor e no apadrinhamento. Essa situação veio a ser modificada apenas com o advento da Constituição Federal de 1988 que passou a concebê-la como política pública de dever do Estado compondo o tripé da Seguridade Social, junto com a saúde e Previdência.

A Constituição Federal de 1988 traz para a política social uma nova regulamentação através da intervenção estatal, que articulava formatar os direitos sociais em um novo aparato que visasse à ampliação da proteção social, ou seja, iniciava-se então uma nova relação do Estado para combater as desigualdades sociais. Assim a assistência social se inclui na Seguridade se tratando de uma política pública a ser prestada a quem dela necessitar, configurando, portanto, como direito do cidadão e provendo os mínimos sociais através de ações na efetivação das seguranças sociais, no atendimento aos/as usuários/as⁷, através da proteção

Nesse período várias pessoas foram torturadas, presas sofrendo muitas restrições e perdendo seus direitos.

⁷ Usuários/as são sujeitos coletivos de direitos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos sociais e pessoais que acessam os serviços, programas, projetos, benefícios e transferências de renda no âmbito da política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, CNAS, 2015, art.2º).

social estabelecida na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) nº 8742/93, bem como na Política de Assistência Social (PNAS) de 2004, e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2005, conforme discutiremos no item posterior.

Dessa forma a assistência social passou a ser sinônimo de ampliação dos direitos humanos e sociais, tendo caráter não contributivo, buscando identificar com objetividade, através dos níveis de proteção aprofundada, os direitos dos/as cidadão/ãs, significando, portanto, grandes alcances, colocando o Estado frente às respostas às necessidades enfrentadas pelos/as cidadãos/as.

Assim para sua efetivação, foram se estruturando alguns mecanismos para auxiliá-la na garantia aos direitos sociais, a exemplo a lei nº 7.853 da Pessoa Portadora de Deficiência em 1989⁸, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), nº 8069/90, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, a Política Nacional do Idoso em 1994, somando aquisições para contribuir com o processo de melhorar as condições de vida da população e na articulação para a efetivação na garantia de direitos.

Contudo, a implantação da LOAS não se deu de forma tranquila e rápida, pois o então presidente à época, Fernando Collor de Melo (1990-1992) dificultou a sua aprovação. Só após o seu impeachment é que a LOAS foi de fato implementada. Nesse sentido, a regulamentação da referida lei ocorre no ano de 1993 por meio de um novo projeto de lei, contando com o apoio das entidades representativas da sociedade civil, do Serviço Social e do governo, direcionando:

[...] novo desenho institucional para a assistência social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo, (portanto, não vinculado a qualquer tipo de contribuição prévia), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social, a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acesso a serviços sociais e com a participação da população. Inovou também ao propor o controle da sociedade na formulação, gestão e execução das políticas assistenciais e indicar caminhos alternativos para a instituição de outros parâmetros de negociação de interesses e direitos de seus usuários [...] (COUTO, 2011, p. 34).

⁸Na contemporaneidade, foi substituída pela lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Mesmo com a implementação da LOAS e a criação de programas sociais, a exemplo do Plano de Combate a Fome e a Miséria pela Vida⁹, evidenciou-se que houveram as mesmas iniciativas dos governos anteriores, não tendo sucesso em ampliar os direitos sociais referendados na Constituição Federal de 1988, que se torna mais distante ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que presidiu o Brasil de 1994 a 2001. Tal governo retoma o voluntariado, repassando para o setor privado o exercício de garantir direitos previstos constitucionalmente, configura resultados assustadores que se propagam mediante a priorização da inflação e estabilização da moeda, além da deletéria reforma do Estado, conforme será discutido posteriormente.

1.2 Configurações da Política de Assistência Social nos anos 2000

A política de Assistência Social, durante muito tempo esteve associada ao viés da filantropia, caridade e assistencialismo. Essa concepção é radicalmente mudada após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ao referenciar como uma política pública de direito e responsabilidade do Estado, destinada a quem dela necessitar, integrada à Saúde e a Previdência, se configurando como o sistema de proteção denominado Seguridade Social.

A década de 1990 trouxe ganhos significativos para o reconhecimento do Estado para a política social, com vista para os direitos de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

Assim para formalizar mais ainda a atenção no que se refere ao alcance de consolidar os direitos sociais e a ampliação da assistência social que, a partir da Constituição Federal de 1988 ganhou uma nova concepção, seguida da LOAS em 1993 dando uma e nova e ampla visão no que concerne os direitos socioassistenciais e logo mais, com propostas inovadoras enquanto proteção social como um atributo para a efetivação dos direitos e responsabilização do Estado, em

⁹ Merece destaque, entre os programas sociais, o Plano de Combate a Fome e a Miséria pela Vida, lançado em 1993, contando com a parceria do Estado e da sociedade civil. Este Plano pautou-se em três princípios básicos, a saber; “a solidariedade privada a parceria entre Estado, mercado e sociedade e a descentralização da provisão social” (COUTO, 2010, p.148 *apud* PEREIRA, 2000, p.166).

2004 vem adiante mais uma conquista, com a implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)¹⁰.

Tal política foi aprovada pela resolução 145 de 15 de outubro de 2004, com publicação no Diário Oficial da União (DOU) de 28 de outubro de 2004, pautada nos resultados de debates realizados na IV Conferência Nacional de Assistência Social em Brasília no ano de 2003, na expectativa de materializar a LOAS e a Constituição Federal de 1988, colocando a Política Social como proteção social dentro da seguridade social brasileira que:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, PNAS, 2004, p.33).

No que tange à implantação da PNAS, esta seguiu o processo de construção e normatização nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aprovado em julho de 2005 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) por meio da Norma Operacional Básica (NOB) nº 130, de 15 de julho de 2005.

No intuito de romper com as ações tradicionalistas, o assistencialismo e fragmentar suas organizações reconhecidas como lei, o sistema promove o acesso a benefícios, programas, projetos e serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial no objetivo de atender milhões de brasileiros. Destarte, o SUAS está inserido em quase todos os municípios do Brasil, na oferta de serviços a população no que direciona.

¹⁰ "A PNAS/2004 aborda a questão da proteção social em uma perspectiva de articulação com outras políticas do campo social que são dirigidas a uma estrutura de garantias de direitos e de condições dignas de vida. O princípio da atenção social alcança, assim, um patamar que é balizado pelo esforço de viabilização de um novo projeto de desenvolvimento social, onde não se pode pleitear universalização dos direitos à Seguridade Social e da proteção social pública, sem a composição correta e suficiente da Política Pública de Assistência Social em nível nacional" (BRASIL, PNAS, 2004, p. 89).

O Suas está voltado à articulação em todo território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2011, p.38).

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em pesquisa divulgada no ano de 2015 no Brasil existem 7.511 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Estas referidas instituições contam com equipes compostas por assistentes sociais, psicólogos/as e educadores/as sociais.

O CRAS tem como escopo a inclusão das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e na orientação a acessos à benefícios como o Bolsa Família, participação em cursos de qualificação profissional, a partir do desenvolvimento de atividades de promoção, fortalecimento dos vínculos familiares e acesso a direitos.

Já para as famílias inseridas em situações mais complexas, cujas quais apresentem maior fragilidade no tocante aos seus direitos e vínculos familiares, estão disponíveis 2.292 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) no Brasil, que desenvolvem as suas atividades por meio de equipes multidisciplinares.

Salienta-se que uma das atividades e/ou serviços desenvolvidos pelo CREAS se refere ao acolhimento de pessoas em situação de rua, as quais são atendidas por um dos 302 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP).

Também estão articuladas pelo Brasil 1.256 equipes volantes nas ruas na busca de identificação de famílias inseridas em áreas de difícil acesso. Nestas regiões ribeirinhas, indígenas e quilombolas os atendimentos são oferecidos por meio de 138 lanchas sociais.

Para que todos os serviços sejam prestados de forma a atender às demandas, o SUAS oferece capacitação para seus/as trabalhadores/as para qualificar cada vez mais os atendimentos, com concessão de aperfeiçoamento as equipes que são realizadas pelo Capacita Suas com o intuito de prestar assistência às famílias em situação de riscos ou com direitos violados.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) previsto na LOAS foi outro destaque para o SUAS, tendo em vista que este ratificou, através da Proteção Social

Básica (PSB) estabelecida no referido sistema, os preceitos da LOAS no sentido do recebimento de um salário mínimo a idosos/as e pessoas com deficiência em qualquer idade na qual não tenha meios de manter sua sobrevivência ou tê-la assegurada por sua família.

Conforme o MDS, o BPC constitui um indicador de garantias dentro da assistência social contribuindo para a melhoria das condições de vida de 4,1 milhões de beneficiários, sejam crianças, adolescentes, idosos/as ou pessoas com deficiência. Salienta-se que através do BPC na Escola muitas crianças e adolescentes conseguiram frequentar o ensino.

Outro marco para a década de 2000 foi o benefício de transferência de renda que segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa criado pelo governo Federal em 2003, por meio da Medida Provisória nº132, depois demonstrando a responsabilidade e compromisso torna-se Lei nº10.836, de 09 de janeiro de 2004 que tem como finalidade a contribuição para o combate à pobreza e a desigualdade no Brasil visando possibilidades de autonomia e emancipação para as famílias atendidas.

Destaca-se que o PBF foi criado com o intuito de complementar a renda mensal, sendo destinado a famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social.

O princípio de proteção social à família traz a ideia de que o Estado precisa apoiar a capacidade que a família tem de atuar na assistência e no cuidado de seus componentes. A família é uma unidade social importante, de formação, de compartilhamento, de solidariedade e de proteção a seus membros. Na área de assistência social, essa capacidade também é chamada de função protetiva das famílias (BRASIL, MDS- Senarc, 2018, p. 09).

Todavia, para a “concessão” do referido benefício, as famílias devem cumprir algumas condicionalidades,¹¹ a exemplo da obrigatoriedade do acesso à educação e

¹¹ A partir do acompanhamento das condicionalidades, o poder público é capaz de estabelecer outros programas nas áreas de saúde e educação para crianças e adolescentes mais vulneráveis, contribuindo para a superação do ciclo de pobreza. As condicionalidades do PBF são: na área de educação » matricular e garantir a frequência mínima de 85% nas aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos. Na área de saúde fazer o acompanhamento do pré-natal, cumprir o cronograma de vacinação das crianças menores de 7 anos, de acordo com as instruções do Ministério da Saúde (MS), acompanhar o crescimento e desenvolvimento (peso e altura) das crianças menores de 7 anos, conforme o calendário estipulado pelo MS. As ações complementares (MDS-Senarc, 2018, p. 14).

a saúde remetendo a um compromisso das famílias para a estes direitos promovendo a melhoria nas condições de enfrentamento e superação da pobreza.

É interessante notar que está estabelecido na LOAS, a concessão de benefícios eventuais, que se peculiarizam por provisões gratuitas fornecidas em forma de pecúnia ou em espécie que objetivam suprir determinadas necessidades em razão de contingências, relacionadas a situações de vulnerabilidades temporárias. Geralmente são concedidas em razão de desvantagem pessoal, de incertezas representativas de danos e perdas e estão relacionadas ao ciclo de vida como citado na LOAS, vejamos:

São previstos no art. 22 da LOAS, e visam o pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou para atender necessidades advindas de situação de vulnerabilidade temporária, com prioridade para criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública (NOB/SUAS, 2005, p. 94).

Portanto, esta nova roupagem configurada à assistência passa a considerar as desigualdades socioeconômicas existentes no país, estabelecendo a responsabilidade do governo e da sociedade civil, no detalhamento e atribuições dentro de cada nível, seja nacional, estadual ou municipal.

O nível nacional, representado pela União através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), financiado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) compete ao fornecimento de respostas a Benefício de Prestação Continuada (BPC), o cofinanciamento para programas, serviços e projetos da assistência social, monitorar e avaliar a política de assistência prestando assessoria a Estados, Distrito federal, Municípios no desenvolvimento de suas ações.

Os Estados através das Secretarias Estaduais de Assistência Social (SEAS), financiado pelo Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS), destina recursos aos Municípios, cofinancia as ações socioassistenciais no âmbito regional ou local. Juntamente com os Municípios atendem as situações emergenciais, presta apoio técnico e financeiro as associações e consórcios municipais da assistência na prestação de serviços, avalia e monitora a prestação dos serviços municipais e executa as ações da Proteção Social Especial (PSE) em caráter regional.

A LOAS tem caráter de direito não contributivo, portanto, não vinculado a qualquer tipo de contribuição prévia, aponta a necessária integração entre o

econômico e o social, a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acessos a serviços sociais com a participação da população. Inovou também ao propor o controle da sociedade na formulação, gestão e execução das políticas assistenciais e indicar caminhos alternativos para a instituição de outros parâmetros de negociação de interesses e direitos de seus usuários.

O SUAS busca materializar a LOAS de modo que possa cumprir exigências propostas para efetivar as ações da política, no âmbito de resultar na consagração de direitos dos cidadãos desenvolve organicidade no que discerne possibilitar a normatização da assistência na perspectiva da qualificação dos atendimentos, consolidando para a política eixos estruturantes essenciais para a execução da proteção social, sendo eles: Matricialidade Sociofamiliar; Descentralização Político-Administrativa e Territorialização; Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento. Controle Social; O desafio da participação popular/cidadão usuário; A Política de Recursos Humanos; A Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

A família ganhou importante posição a partir da Constituição Federal de 1988, assim a assistência social a partir da matricialidade familiar traz a família sobre seus processos vivenciados como primórdio da socialização, enquanto na convivência são considerados formatadores das relações entre sujeito e coletividade, onde dentro destes espaços surgem conflitos advindos das desigualdades, se tornando indispensável sua proteção mediante suas condições junto as transformações societárias da contemporaneidade. Desse modo,

O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226 da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a: “família, base da sociedade tem especial proteção do Estado” endossando, assim, o artigo 16, da Declaração dos Direitos Humanos, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e com direito a proteção da sociedade e do Estado. No Brasil, tal reconhecimento se reafirma nas legislações específicas da Assistência Social- Estatuto da Criança e Adolescente- ECA, Estatuto do Idoso e na própria Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, entre outras (PNAS, 2005, p. 41).

Mediante essas mudanças ocorridas na sociedade que trazem aspectos positivos quanto negativos acabam trazendo para as famílias dentro das suas convivências, certas fragilidades em seus vínculos, assim, fomentando suas

vulnerabilidades e assim, exigindo articulações estratégicas para sobrevivência dos membros familiares reforçando a importância da Política de Assistência para a sua proteção frente as suas necessidades e garantia dos seus direitos.

A Descentralização Político-Administrativa e Territorialização traz a articulação da assistência dentro das suas respectivas esferas dentro do aparato das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, cabendo a cada nível coordenado pela esfera federal organizar as suas atuações. Deste modo a territorialização trouxe mais sistematização para a política de assistência junto a heterogênea densidade da população e as desigualdades dentro dos territórios de cada município brasileiro, assim, procurando buscar a realidade dentro dos espaços sócio territoriais para melhor conhecer seus desafios e apresentar mediante seus formatos uma integração e articulação dentro da política para seu enfrentamento.

Deste modo no intuito de integrar as ações do Estado e a Sociedade Civil para garantir o acesso a quem necessita de proteção, as Novas bases para a Relação entre o Estado e Sociedade Civil, onde nessa parceria atua no exercício de controle social dentro da política e com o estímulo de sua colaboração, através de ações integradas que resultem estrategicamente em uma política articulada para o processo de atendimentos das demandas da população.

Já o financiamento da seguridade social como previsto na Constituição Federal de 1988 com a participação da sociedade nesse processo, articulando um novo padrão econômico e protetivo, assim, o custeio da Seguridade Social brasileira é financiado pela sociedade a partir de fundos descendentes dos orçamentos da União, Estado e Municípios e dos subsídios sociais.

Dessa forma, a partir da inserção da assistência social constitucionalmente no Tripé da Seguridade Social, o seu financiamento se dar através da participação da sociedade, de maneira direta e indireta por via dos orçamentos das três esferas do governo, das contribuições sociais de empregados, trabalhadores assegurados pela Previdência Social, e por importações de bens e serviços do exterior.

Assim a partir da descentralização, o financiamento deve ser baseado nos territórios apontados pelo Sistema Nacional de Informações da Assistência Social, considerando as demandas e prioridades apresentadas pela diversidade de cada região, seu arrecadamento, visando o atendimento dentro das suas complexidades de serviços, sendo pactuado e deliberado entre os entes federativos e os conselhos.

Neste contexto a participação da sociedade estrutura o eixo do Controle Social onde efetiva a participação da população conforme a LOAS (artigo 5º, inciso II) junto a outras diretrizes como a descentralização articulando cada esfera do governo (artigo 5º, inciso I) e a responsabilidade do Estado em conduzir a política de assistência social no âmbito de cada esfera (artigo 5º, inciso III);

O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de participação popular no processo de gestão político-administrativa –financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais (PNAS, 2004, p.51).

Conforme previsto no SUAS, estas participações se efetivam a partir dos conselhos¹² e também das conferências que tem como finalidade avaliar as condições da assistência social, definindo e estabelecendo diretrizes dentro da política e analisando seus avanços.

Um outro eixo estruturante é a Política de Recursos Humanos ¹³que visa a qualidade dos serviços prestados onde estes estão relacionados diretamente com as situações de trabalho no atendimento aos usuários que embora esta temática não tenha ocupado um lugar de discussão como prioridade, é necessário que haja mais debates acerca do mesmo priorizando a diversificação para atender as específicas expressões da questão social posta a essa política. Assim, conforme a PNAS (2004) a política de recursos humanos deve pautar-se por reconhecer a natureza e especificidade do trabalhador, mas, também o conteúdo intersetorial de sua atuação.

E por fim a Informação, o Monitoramento e a Avaliação sendo fundamental para consolidar a política, onde requer dedicação e envolvimento das três esferas do

¹²Conforme o artigo 18º da LOAS Os conselhos têm como principais atribuições e deliberação a fiscalização da execução da política e de seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas pela conferência; a aprovação do plano; a apreciação e aprovação da proposta orçamentária para a área do plano de aplicação do fundo, com a definição dos critérios de partilha dos recursos exercidas em cada instância em que estão estabelecidos. Os conselhos ainda normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam os serviços de assistência social, prestados pela rede socioassistencial, definindo os padrões de qualidade de atendimento, e estabelecendo critérios para o repasse de recursos financeiros (BRASIL, LOAS, 1993).

¹³ A elaboração de uma política de recursos humanos urge inequivocamente. A construção de uma política nacional de capacitação que promova a qualificação de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa nacionalizada e descentralizada para os trabalhadores públicos e privados e conselheiros, configura-se ademais como importante instrumento de uma política de recursos humanos, estando em curso sua formalização (BRASIL, PNAS, 2004, p. 55).

governo, que mediante este sistema de informações possa possibilitar a efetividade e contribuir para a construção e promoção da política assistencial brasileira.

Dentro da gestão SUAS, os serviços ofertados se organizam conforme as referências a seguir: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional. A vigilância consiste na responsabilidade do órgão da gestão buscar conhecer as situações vulneráveis da população e, diante disso, prevenir e monitorar os riscos.

A proteção social dentro dos seus princípios e garantias visa cuidar, atender e prestar auxílios e serviços no intuito de reduzir e prevenir os riscos, na condição de sustentar o núcleo familiar, apoiando no seu papel no desenvolvimento das relações de vivências. A defesa social e institucional preza a articulação com outras políticas para viabilizar direitos contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

O CRAS é a unidade básica de atendimento do SUAS e a sua criação veio materializar a descentralização da Política de Assistência que através da Resolução nº 109 de dezembro de 2009, onde o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a tipificação dos serviços sócio assistenciais considerando os níveis de complexidades do SUAS, definindo da seguinte forma: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade. Isso posto, tais níveis de proteção foram estruturados na perspectiva de atender as diferentes realidades dos riscos sociais enfrentados pelos/as cidadãos/ãs frente às desigualdades advindas do capitalismo.

A Proteção Social Básica (PSB) se direciona a prevenção e inclusão, sendo operacionalizada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que segundo a PNAS:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, PNAS, 2005).

O CRAS constitui um espaço que dispõe de programas, projetos e serviços preventivos, protetivos e proativos, ofertado às famílias, grupos e indivíduos, que tem como objetivo a prevenção de situações de vulnerabilidades e riscos sociais

abarcando dois eixos estruturante do SUAS: a matricialidade sócio familiar¹⁴ e territorialização¹⁵. Os CRAS são unidades públicas de caráter municipal, localizados em regiões de grandes índices de riscos e vulnerabilidades sociais articulando a prestação de serviços, programas, projetos com proteção a família. Nas referidas instituições são oferecidos serviços como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (SPAIF), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos, conforme será discutido posteriormente.

É, portanto, por meio de aquisições e potencialidades no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, ampliando o direito ao acesso dos/as cidadãos/ãs, que se articula assumindo dois eixos estruturante do SUAS: a matricialidade sócio familiar e a territorialização, conforme discutido anteriormente.

Segundo NOB/SUAS a defesa da convivência familiar perpassa o conceito de unidade econômica e do núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos de aliança e afinidade que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, devendo ser apoiada, viabilizando o acesso a possibilidades que possam ser capazes do provimento do seu sustento, além da garantia à educação de suas crianças e adolescentes, bem como da proteção dos/as idosos/as e pessoas com deficiência.

Um dos serviços executados pelo CRAS através do SPAIF baseia-se na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva a estas, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover acesso e usufruto de direitos, objetivando contribuir para a melhoria de qualidade de vida dos/as usuários/as.

Nesse sentido, as ações do PAIF consistem em: Acolhida; Oficinas com Famílias; Ações Comunitárias; Ações Particularizadas; Encaminhamentos. Tal

¹⁴ “A matricialidade sócio familiar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo a PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica” (BRASIL, 2009, p.12).

¹⁵ “A territorialização se refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social, ofertando serviços socioassistenciais em locais próximos aos/as seus/as usuários/as. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território” (BRASIL, 2009, p. 13).

programa é o articulador de todos os outros serviços, pois é a partir das ações para ampliar a vivência familiar, e sua função protetora que pode restringir as situações de quebra de vínculos resultantes desta prevenção. As ações realizadas podem ser desenvolvidas de duas formas complementares - o atendimento e o acompanhamento, sendo:

[...] o atendimento às famílias, ou a alguns de seus membros, refere-se a uma ação imediata de prestação ou oferta de atenção, com vistas a uma resposta qualificada de uma demanda da família ou do território. Significa a inserção da família, um ou mais de seus membros, em alguma das ações do PAIF: acolhida, ações particularizadas, ações comunitárias, oficinas com famílias e encaminhamentos.[...] Já o acompanhamento familiar consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar - com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF, buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas (BRASIL, 2012, p. 54).

O trabalho realizado com famílias conta com um complemento dentro da Proteção Social Básica na contribuição para prevenção de riscos e no fortalecimento dos vínculos, os Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SCFV), que organizados em grupos focados nas trocas de experiências dos/as usuários/as, formados a partir de relações específicas de situações vivenciadas, considerando as vulnerabilidades do território podendo ser direcionado a crianças, jovens, adultos, mulheres e idosos/as, adotando alternativas para intervir e possibilitar, a partir das diversas atividades, a vivência de modo a assegurar a convivência e integração familiar e comunitária. Portanto,

A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio [...] supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. [...] A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio (BRASIL, PNAS, 2004, p. 26).

O SCFV pode ser ofertado nos CRAS, desde que este tenha espaço compatível para tal, sem prejudicar a oferta do SPAIF, ou em Centros de Convivência vinculados a entidades de assistência social que estejam inscritos no Conselho de Assistência Social do município.

Mediante situações que demandam intervenções, ou seja, quando agravadas e levadas à violação de direitos, os casos passam a ser referenciados pela Proteção Especial, ofertada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que visam novos níveis de atendimentos para situações que priorizam um acompanhamento individualizado, na busca de maior atenção e monitoramento na prevenção e criação de novas condições de reinserção de convívio social.

A Proteção Especial se estrutura em dois níveis o de Média e Alta complexidade, no primeiro atende indivíduos que estão com seus direitos violados, mas que permanecem em seus vínculos familiares, portanto visa a fomentar a convivência familiar e comunitária. No que se refere à Alta complexidade esta objetiva garantir proteção integral as famílias ou membros que se encontram desprotegidos devido à falta de lar, trabalho, ausência de vínculos familiares, sendo necessária a aplicação de medidas tomadas junto a outros órgãos para execução de sua proteção.

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinado à família e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, PNAS, 2004, p.37).

Sendo assim, suas ações priorizam a reestruturação do grupo familiar no desenvolvimento e elaboração de novas possibilidades de referencia-las na perspectiva de considerar suas funções de proteções, no reconhecimento de seu papel para que sejam priorizadas as relações de convívio como referencial afetivo e moral no fortalecimento da autonomia, respeitando e assegurando seus direitos.

1.3 Rebatimentos na Política de Assistência no cenário contemporâneo: a face perversa do neoliberalismo

Mesmo diante de uma série de conquistas no âmbito das políticas públicas adquiridas pela classe trabalhadora ao longo dos anos de 1990, a sociedade brasileira se depara com uma série de retrocessos provenientes do neoliberalismo, o qual prima pela restrição do papel do Estado¹⁶ no tocante à efetivação das referidas políticas, emergindo um Estado mini max, ou seja, mínimo para o social e máximo para o capital.

O neoliberalismo surgiu no pós Segunda Guerra Mundial, em regiões onde o capitalismo florescia, como reação ao intervencionismo¹⁷ e Estado de bem estar social, considerados ameaças a liberdade econômica e política na finalidade de combater o Keynesianismo¹⁸ e inserir um novo capitalismo sem regras.

A crise econômica que ocorreu naquele contexto, facilitou uma recessão do capital, junto ao baixo índice de crescimento da economia e altos juros possibilitando que o neoliberalismo ganhasse forças.

Ressalta-se que tal crise adveio a partir do momento em que os/as trabalhadores/as saem da condição da “classe em si a classe para si”, passando a reivindicar por seus direitos (salários dignos, jornadas de trabalho regulamentadas, condições de trabalho salubres, dentre outros), pressionando o Estado para que aumentasse os gastos com o social. Porém, a saída encontrada pelo modo de

¹⁶“No conjunto das orientações indicadas pelo Consenso de Washington, inspiradas pelo receituário teórico neoliberal, que teve adoção em quase todos os países do mundo, na década de 1980, estão: a indicação para desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passassem a ser gestados pela iniciativa privada. Essas orientações opõem-se aos princípios dos direitos garantidos pela Constituição e pelas leis ordinárias subsequentes. No entanto, essa linha teórica coaduna-se com a herança oligárquica, patrimonialista e autoritária dos governos de compreensão do papel do estado brasileiro [...]” (COUTO, 2010, p.145).

¹⁷Os neoliberais também sustentam que o intervencionismo estatal é antieconômico, não só por provocar uma crise fiscal do Estado e uma revolta dos contribuintes, mas, sobretudo porque desestimula o capital a investir e os trabalhadores a trabalhar. Além disso, é ineficaz e ineficiente: ineficaz porque tende ao monopólio econômico estatal e a tutela dos interesses particulares de grupos de produtores organizados, em vez de responder as demandas dos consumidores espalhados no mercado; e ineficiente por não conseguir eliminar a pobreza e, inclusive piorá-la com a derrocada das formas tradicionais de proteção social, baseadas na família e na comunidade. E para completar, imobilizou os pobres, tornando-os dependentes do paternalismo estatal. Em resumo, é uma violação à liberdade econômica, moral e política, que só o capitalismo liberal pode garantir (LAURELL, 1995, p.162).

¹⁸ Na experiência fordista-keynesiana, os sistemas de seguridade social foram ampliados por forças das negociações entre empresas, sindicatos e instituições do Estado, enquanto nas experiências pós-fordistas, sobre o influxo das ideias neoliberais, a tendência é de privatizar os programas de previdência e saúde e ampliar os programas socioassistenciais, em sincronia com as mudanças no mundo do trabalho e com as propostas de redirecionamento da intervenção social do Estado (MOTA, 2014, p.121-122).

produção capitalista, que tem no Estado o seu aparato ideológico e repressivo, foi a manutenção de um Estado forte, mas, em contrapartida, omissa para os gastos sociais.

O neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de medidas políticas e econômicas capitalistas, no intuito de não aceitar a intervenção do Estado na economia, possibilitando liberdade para o comércio, tendo como prioridade a defesa pelo capitalismo. Nesse sentido, o pensamento neoliberal propôs várias medidas para radicalizar o processo produtivo, com vistas a retomar o crescimento econômico e garantir a sua regulamentação, com abertura ao capital estrangeiro e passando às empresas privadas a liberdade para alavancar a economia, provocando, conseqüentemente, uma crescente desregulamentação dos direitos da classe trabalhadora.

Os anos de 1990 marcaram a instauração destas reformas, que se propagaram durante o governo FHC (1994-2001), porém algumas já advindas do governo Collor¹⁹, afirmando que as despesas estatais implicavam diretamente na crise socioeconômica. Com isso a reforma do Estado passa a desprezar as conquistas permeadas pela Constituição e começou a articular as mudanças centradas nas privatizações em todos os âmbitos das políticas públicas.

Consoante a isso precisamente em 1994 se institui o Plano Real que acarretou, ao mesmo tempo, em desenvolvimento associado à má distribuição, e no campo social os resultados foram mais preocupantes. Devido a altas concentrações de renda, desmontes dos direitos trabalhistas e um momento intenso de privatizações e reformas na constituinte que afetavam os direitos sociais, ocasionando destruição em uma espécie de adaptação do Estado a lógica do capital, assim:

Houve, portanto, uma abrangente contrarreforma do Estado no país, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos e, pela disposição política da coalizão de centro-direita protagonizada por Fernando Henrique Cardoso. Uma contrarreforma que foi possível a partir de algumas condições gerais, que precedem os anos 1990: a crise econômica dos anos de 1988 e

¹⁹ “No período que vai de 1990 a 1992, podem ser apontados como marcas do governo Collor a sua decisão de intervir na economia por meio do Plano Collor I e Collor II, a abertura do mercado brasileiro e o caráter populista, clientelista e assistencialista dos programas sociais de governo” (COUTO, 2010, p.145).

as marchas e contramarchas do processo de democratização do país (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.152).

O ajuste fiscal foi uma das medidas do governo FHC para tentar resolver o problema do país em decorrência do falacioso déficit público²⁰, na tentativa de programar medidas para equilibrar o orçamento. Assim, com a expectativa de regular o equilíbrio orçamentário, implicando em diminuição dos recursos destinados para as políticas sociais, o referido presidente propôs uma série de projetos de privatizações voltados para a venda das empresas estatais energia, telefonia. Outro aspecto característico desse governo foi a reforma na previdência. Porém, nenhuma dessas medidas obtiveram êxito para a diminuição do déficit estatal, continuando com altos índices.

Perante as peculiaridades acima elencadas, somado ao vertiginoso crescimento das demandas sociais, as políticas sociais foram adquirindo um novo perfil, caracterizado pela privatização, seletividade/focalização e descentralização²¹, aumentando assustadoramente o processo de agudização das expressões da questão social, em um cenário de altos índices de desemprego, flexibilização dos direitos trabalhistas, ampliação da pobreza e da violência, além da forte onda de restrição dos direitos conquistados e “garantidos” constitucionalmente.

Assim dentro dessas reconfigurações propostas e executadas pelo Estado vivenciou-se um contexto de altas taxas de lucros, na busca de equilíbrio do mercado, desonerando impostos dos ricos, desarticulando os sindicatos e quaisquer outras formas de organização da classe trabalhadora.

²⁰ “O discurso da equipe econômica do governo federal à época, como se sabe, afirmava que a ordem social consagrada em 1988 é perdulária /paternalista e amplia o déficit público. Na verdade, observa-se que o crescimento do déficit está relacionado ao endividamento instaurado, com a justificativa de cobrir déficits seguidos da balança comercial, que, por sua vez, tem relação com a abertura precipitada e irresponsável da economia. A dívida cresce em ritmo acelerado em função das altas taxas de juros mantidas para atrair o capital financeiro” (BEHRING, 2003, p.162).

²¹ “A partir da correção de rumo dos programas de ajuste propugnados pelas agências multilaterais de desenvolvimento, os projetos de refuncionalização do Estado ganharam uma nova configuração: se antes das medidas corretivas defendia-se pelo menos no plano da retórica um aparato estatal mínimo, o estado agora teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da “questão social” através do controle da força de trabalho e do atendimento de necessidades mínimas dos “clientes” dos serviços sociais” (CASTELO, 2013, p. 244).

As políticas econômicas, que ocupavam um papel central no projeto de retomada da supremacia burguesa, preservariam o seu rumo original e seriam mantidas longe de qualquer ingerência popular. A elas se juntaria um novo conjunto de políticas sociais: as políticas público-privadas, fragmentadas e paliativas, de combater à pobreza e à desigualdade, que ganhariam importância tanto no papel de reprodução da força de trabalho quanto no de controle social (CASTELLO, 2013, p. 245).

Outro fator que contingenciou estes recursos foi à transferência de vinte por cento para o Fundo Social de Emergência, hoje denominado Desvinculação de Receitas da União (DRU). Assim, são perceptíveis os cortes para a política social durante as crises fiscais no embate pelo fundo público, consolidando as contrarreformas sofridas no âmbito da proteção social.

As esperanças ressurgiram ao entrar no governo, em 2002, um operário que foi eleito para presidir o país, Luís Inácio Lula da Silva, trazendo novas expectativas para a reversão das desigualdades sociais, pois se esperava que tentasse frear o neoliberalismo, sendo assim:

Nos anos 2000, no Governo Lula e Dilma, chamado de neodesenvolvimentista há uma centralidade na Política de Assistência Social tendo os programas de transferência de renda “carro chefe” das ações compensatórias, apesar da focalização e do critério de seletividade, observa-se que a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF) que pôde contribuir positivamente na pobreza absoluta, tendo em vista que muita família só dispõe dessa renda para segurança de sobrevivência conforme garantido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (SILVA, 2006). Com isso, o discurso da política neodesenvolvimentista se ampliou no país positivamente (SILVA *et al*, 2017, p.05).

As políticas sociais durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) foram pautadas no combate a miséria, no entanto não deixou de lado a seletividade e focalização destas ações para a classe pobre do país articulando a ampliação dos programas de transferência de renda²², um deles o programa Bolsa Família que conseguiu contribuir para melhorias na qualidade de vida dos menos favorecidos.

²² Programas que visam o repasse direto de recursos dos fundos de Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos, que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local (NOB/SUAS, 2005).

Embora a era neoliberal tenha permanecido nos governos petistas, não pode se dizer que houve o mesmo teor ocorrido no mandato de FHC, pois contando com apoios²³ da classe subalterna, trabalhadores/as e o capital financeiro, Lula conseguiu manter uma estabilidade política com juros reduzidos e gastos flexíveis aderindo a políticas sociais compensatórias, mantendo um nível desenvolvimentista, embora mais tarde articulando uma contrarreforma para a previdência social.

O conjunto da ação do governo nos últimos 13 anos combina os programas sociais compensatórios com concessões ao grande capital monopolista, configurando não um governo "reformista" que avança aos poucos no que é possível avançar, enfrentando a resistência dos setores conservadores (como acreditam e procuram defender os governistas), mas estabelece as bases de um governo de pacto social que implica no apassivamento da classe trabalhadora como condição para sua eficácia (CASSIN, 2016, p.12).

Desse modo, compreendendo que essas ações trouxeram avanços na proteção social ocorrendo também um aumento do salário mínimo e aberturas de créditos, não se pode deixar de reconhecer que ocorreu o aprofundamento do desmonte de outras políticas dentro da seguridade social nos âmbitos da saúde e Previdência sendo mais uma tentativa frustrada permanecendo a aliança com o capital e a continuação vistas à macroeconomia.

Durante o governo Dilma (2010-2013) no primeiro mandato, a mesma conseguiu manter certos pontos de estabilidade, que não prevaleceu na mesma medida no segundo mandato (2014-2016), por engrenar dificuldades no campo de emprego na indústria, com os altos juros, colapsos financeiros enfrentados pelos Estados e municípios e assim moldando seu momento no governo que frente uma grande crise econômica e acusações de corrupção foi destituída²⁴ do cargo no ano de 2016 por meio de impeachment.

²³ Graças a esse pacto social, apoiado por um amplo leque de partidos e por diferentes grupos sociais, dos mais ricos aos mais pobres, o PT conseguiu o feito de legitimar-se entre "gregos" e "troianos", pacificando politicamente o país pelo menos até os dois primeiros anos do primeiro mandato de Dilma Rousseff. O PT conseguiu articular um jogo político inédito na história do país, atendendo tanto às necessidades mais imediatas das classes subalternas, como às demandas de todos os setores da burguesia nacional, que passa a financiar as campanhas eleitorais dos mandatos do partido (CASSIN, 2016, p. 09).

²⁴ De modo polêmico, em aparente violação ao art. 52, parágrafo único, da Constituição da República (BRASIL, 1988), os senadores resolveram "fatiar" a votação; em deliberação apartada, por 42 votos a 36, decidiram não inabilitar a ex-presidente para o exercício de função pública. Em virtude disso, diversos juristas e lideranças ligadas à petista afirmaram que o "fatiamento" seria uma prova de que

Com o impeachment, o seu vice Michel Temer assume a presidência e começa as suas ações cortando ministérios e colocando as políticas públicas em um forte contexto de restrições orçamentárias. Na assistência insere através de decreto a obrigação de Cadastro Único para as famílias beneficiárias do BPC e Bolsa Família como medida de fiscalizar a situação econômica dos/as usuários/as da política e assim no contexto de retrocessos.

Atualmente no Governo “Temer”, tem se vivenciado o aprofundamento dos desmontes dos direitos iniciado no período neoliberal, freado pelo neodesenvolvimentismo e que retornou agora fortemente, tentando esmagar a classe trabalhadora, como se pôde ver com a reforma da previdência, a PEC 241 e a proposta da lei da terceirização (em andamento). Por conseguinte, às pressões do mercado e de seus agentes, que defende os privilégios das elites brasileiras que utilizam do velho argumento de que as desigualdades sociais e as injustiças se resolvem unicamente pelo crescimento econômico, e a solução para os problemas sociais é a criação de novos postos de trabalho, como se o desemprego não fosse estrutural à lógica do sistema capitalista (SILVA *et al*, 2017, p. 09).

Corroborando com esse contexto de cortes nos gastos públicos, é aprovada pela Câmara dos Deputados em 13 de dezembro de 2016 a Proposta de Emenda À Constituição -PEC 55/ 241, a qual estabelece arbitrariamente o congelamento dos gastos públicos por vinte anos. Trata-se de uma medida utilizada como tentativa de ajustes fiscais, considerada uma saída para conter os gastos públicos para enfrentar a crise econômica que assolava o país, mas, passa a afetar de forma drástica os investimentos nas políticas públicas de um modo geral, preocupando severamente a área de saúde que já precarizada, poderá se tornar ainda mais catastrófica, considerando que quanto menos empregos forem ofertados, maior se tornará o exército industrial de reservas, aspecto o qual impactará diretamente nas condições de saúde da população.

A referida PEC foi criada a partir da concepção governamental de que seria necessário diminuir os gastos públicos e impor limites nas despesas, haja vista que o governo pressupõe que o país não pode crescer economicamente gastando mais do que arrecada, sendo assim esta foi mais uma estratégia articulada para fomentar a economia e prejudicar mais ainda setores fragilizados como a saúde e educação.

Dilma não teria cometido crime de responsabilidade, além de pleitearem a nulidade do processo. Houve, assim, significativo reforço da tese de golpe (CAVALCANTI, CARLOS, 2017, p.145).

Sem considerar que os poucos investimentos no público se configuram como estratégias cabais da política neoliberal que fragiliza o público em detrimento do privado, pois tal política se volta para o desenvolvimento do mercado.

A educação vista como um fator que pode contribuir no ajuste das desigualdades sociais, ao ser atacada por esta falta de investimento, trará para a nova geração uma desqualificação no ensino como também a falta de incentivo na carreira de professores/as que estão entre os/as profissionais com mais baixos níveis de salários. Contudo, é importante notar que quanto menos investimento na educação a sociedade tiver, mais se tornará presa fácil para aceitar passivamente os ditames do Estado, ou seja, quanto menos educação, menos esclarecimento e mais alienação do povo.

Já na saúde a classe mais pobre quem sofrerá os rebatimentos deste congelamento de gastos, pois além de não terem acesso aos planos privados ficará a mercê do sucateamento da saúde pública, portanto pode-se claramente evidenciar as consequências desse congelamento dos gastos públicos atingirá diretamente a classe pobre e subalterna que é usuária direta dos serviços públicos.

Isso posto, é notório que se acentuará de forma cada vez mais intensa a dualidade excludente entre aqueles/as que podem, ou seja, que detêm um melhor poder aquisitivo, e aqueles/as que não podem, tendo estes que se contentarem com os medíocres políticas públicas ofertadas pelo Estado.

2 ATRIBUIÇÕES DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 O Serviço Social na assistência social: breve retrospectivo sócio histórico

Todo esse percurso de inserção do Serviço Social historicamente se deu a partir da implantação do Estado Novo e subseqüentemente a Revolução de 1930, na qual se aprofunda a industrialização, como também novos modelos frisados pela Constituição de 1934 outorgada logo após o golpe de Estado.

Diante estes novos processos de auge ao fortalecimento das indústrias, a economia frisada pelo incentivo estatal para fomentar a industrialização e através de sua expansão organizar os mercados de trabalho, introduz contradições a nível político e econômico, na qual, esta expansão passa a referenciar um processo de domínio sobre a produção e sua acumulação.

Com o afloramento da indústria, cresce o número de proletariados urbanos e junto a eles cobranças sobre o Estado, contribuindo para uma alteração política e social integrado numa estrutura corporativista que buscava se fortalecer e neutralizar as revoluções, assim:

O Estado assume paulatinamente uma organização corporativista, canalizando para sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes e as reivindicações dos setores populares, para, em nome da harmonia social e desenvolvimento da colaboração entre as classes, repolitizá-las, e discipliná-las, no sentido de se transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista. A política social formulada pelo novo regime que tomará forma através de legislação sindical e trabalhista será sem dúvida um elemento central do processo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.151).

O Estado a partir da sua nova estruturação, sendo o proletariado²⁵ a única classe que não teria aderido as suas novas ordens, inicia-se uma repressão no intuito de desregulamentar suas organizações políticas e sindicais, com isso, a ação

²⁵ A exploração abusiva a que é submetido afetando sua capacidade vital e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça aos seus mais sagrados valores, “a moral, a religião, e a ordem pública”. Impõe-se a partir daí a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009 p.126).

corporativista dentro do seu processo dominante político não teria resistência, dando abertura para o processo de uma nova política social.

Dentro desta instauração de uma nova ordem com projeto para um Estado que visasse proteger o trabalhador e harmonizar o campo social más trazendo para o proletariado um controle sobre suas reivindicações e um aumento da acumulação por meio de intensas explorações da sua força de trabalho. É a partir desta configuração da burguesia e os movimentos de reivindicações da classe subalterna que a Igreja Católica se insere na intervenção social com o desempenho de controlar e estabilizar a ordem social.

O Estado então busca na igreja pregar as intervenções através de ações disciplinadoras nas quais, a partir destas medidas passam a colocar o ensino religioso nas escolas públicas e ao mesmo tempo proibir a religião nos sindicatos e desenvolver suas aquisições e seus privilégios para se tornarem influentes dentro do Estado²⁶.

Nesta ênfase de intervenção da Igreja Católica nos seus movimentos frente a questão social, caberia a ela proteger o proletariado dentro das doutrinas cristãs, reunificando a sociedade e colocando além de uma política para atender a classe explorada, frisar uma relação harmônica entre as classes mediante as orientações cristãs.

Sendo assim, em meio aos movimentos operários no período após primeira Guerra Mundial, dar-se abertura para uma política social para atender os operários configurando as primeiras ações frente a questão social e a busca de tentar resoluções, surgindo para este enfrentamento as primeiras instituições de assistencialismo ligadas a Igreja Católica onde:

A importância destas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do serviço social no Brasil. Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases

²⁶ A partir de 1932 ocorre uma grande diversificação e ampliação do aparato do movimento católico laico. Tendo por base as instituições criadas e desenvolvidas metodicamente na década anterior, especialmente o Centro Dom Vital e a Confederação Católica, surgirão a Ação Universitária Católica, o Instituto de Estudos Superiores a Associação de Bibliotecas Católicas, os círculos operários e, posteriormente, a Confederação de Operários Católicos, e a Liga eleitoral Católica além de uma série de instituições centralizadoras do apostolado social que se firmarão através da Ação Católica Brasileira criada em 1935 (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009 p.158).

materiais e organizacionais, e principalmente humanas que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.166).

Esta integração entre Estado e Igreja que coincide com a ascensão do movimento popular visava reprimir o proletariado e fazer com que ele aderisse ao sistema no que fica presente através de ações disciplinadoras que configurava dentro da Igreja o autoritarismo para que a classe subalterna tivesse obediência tanto a ela quanto ao sistema.

Assim, este quadro em busca de um pacto de classes, segundo Iamamoto e Carvalho (2009, p.238) “trata-se no essencial de readaptar os mecanismos de exploração econômica e dominação política às necessidades do aprofundamento capitalista”. Ou seja, ao incorporar os movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora pelas legislações sociais.

Estas reivindicações eram vistas pelo Estado como ameaçadoras e invasivas para o crescimento e acumulação econômica, assim busca-se uma integração entre o Estado com o seu papel controlador frente aos movimentos incorporados pelos trabalhadores abrindo novas instituições que tenta mobilizar sistematicamente estas ações, assim:

[...] A ação do Estado se voltará, então, para o preenchimento deste espaço através de uma ação normativa e assistencial, visando canalizar o potencial de mobilização dos trabalhadores urbanos, mantendo rebaixados seus níveis salariais. A legislação Social passa a ter explicação mais ampla e efetiva, e em 1939 são regulamentados dois mecanismos que já constavam na Carta de 1937, a Justiça do Trabalho e a nova Legislação Sindical. Em 1940, são decretados os impostos sindicais, o Salário Mínimo Legal, criado o SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social) destinados a fornecer “alimentação adequada e barata aos operários” e são ainda desenvolvidas diversas campanhas de sindicalização sob o patrocínio do Ministério do Trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 239-240).

Desse modo o Serviço Social se insere a partir do Movimento Laico, que segundo Iamamoto e Carvalho (2009, p.144) tinha o objetivo de ampliar sua área de influência sobre as frações tanto dos blocos dirigentes como aos dos subordinados e dentro das ações da Igreja Católica se fundamentando ao apostolado social,

começando por organizar instituições²⁷ para colaborar no assistencialismo à classe operária que se diferenciava da caridade e com colaboração da hierarquia.

As igrejas se inserem de tal modo junto aos operários dos polos industriais que passam a contar com as capelas dentro dos próprios estabelecimentos e assim a classe trabalhadora tinha o compromisso de assistir as missas e participar das liturgias configurando as primeiras protoformas do Serviço Social que começa a se manifestar no Brasil com a criação dos Centros de Estudos e Ação Social (CEAS)²⁸ em 1932 centralizando suas ações e torna-las mais eficazes juntamente com a Igreja na promoção da filantropia, assim como citado em seu estatuto:

O objetivo central do CEAS será o de “promover formação de seus membros de sua doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, visando “tornar mais eficiente a atuação dos trabalhadores sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009 p.169).

Dentro dos documentos existentes a cerca destes momentos fica expressos a articulação do CEAS no enfrentamento as transformações vivenciadas sobre os problemas sociais e seu posicionamento para intervir especificamente frente ao proletariado e assim abrindo espaço para o desenvolvimento de idealizações a partir da criação de centros operários para consolidar a viabilização de suas ações.

A partir destas habilitações advindas por estes centros de estudos e formações, começa a surgir novas demandas agora por determinações estatais que

²⁷ Dentre elas se destacarão as instituições destinadas a organizar a juventude católica para ação social junto a classe operaria Juventude Operária Católica (JOC) e sua extensão a outros setores, através da Juventude Estudantil Católica, Juventude Independente Católica, Juventude Universitária Católica e Juventude feminina Católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.167).

²⁸ As atividades do CEAS se orientarão para a formação técnica especializada de quadros para a ação social e a difusão da doutrina social da Igreja. Ao assumir essa orientação, passa atuar como dinamizador do apostolado laico através da organização de associações para moças católicas e para intervenção direta junto ao proletariado. Esta última globalizará teoricamente as demais na medida em que se destinam ao mesmo fim. São promovidos diversos cursos de filosofia, moral, legislação do trabalho, doutrina social, enfermagem de emergência etc. O ano de 1993 marca uma intensificação destas atividades: participação na Liga Eleitoral Católica através de campanha de alistamento de eleitores e proselitismo, realização da Primeira Semana de Ação Católica, início da formação de quadros da Juventude Feminina Católica constituída a partir dos Centros Operários e Círculos de Formação para Moças, delegação pela hierarquia da representação da Juventude Feminina Católica, etc. Em 1936, a partir dos esforços desenvolvidos por esse grupo, e o apoio da hierarquia, é fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira desse gênero a existir no Brasil (IAMAMOTO, CARVALHO, 2009, p.173-174).

foram consideradas pelos/as representantes destas ações como significativas ao consolidar meios de fiscalização as formas de trabalho das mulheres e do menor por meio de departamentos responsáveis, mais tarde, se abrangendo a outros vários setores²⁹.

No ano de 1935 sob a Lei nº497, de 24 de dezembro de 1935 surge uma iniciativa do Estado com o Departamento de Assistência do Estado a qual teria o papel de contribuir na com os serviços assistenciais e protetivos se articular com o cadastramento de instituições quanto de assistência quanto de ensino profissionalizante como também aprimorar a relação do Estado e as ações sociais, portanto teria no seu papel:

[...] a estruturação dos Serviços Sociais de Menores, Desvalidos, Trabalhadores e Egressos de reformatórios, penitenciárias e hospitais e da consultoria Jurídica do Serviço Social. A maior parte dos artigos da lei é, no entanto, dedicada a *assistência* ao menor sua organização científica em relação aos aspectos social, médico e pedagógico e a fiscalização das instituições públicas e particulares que a ela se dedicam. Apenas um *artigo* se refere ao *Serviço de Proteção ao Trabalhador*, para remetê-lo ao Departamento Estadual do Trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.174-175).

Em seguida no decorrer deste trajeto se tornam frequentes a procura por especialização e formação técnica para essa área de atuação, assim o Estado procura por meio de suas articulações com a Igreja e as instituições particulares incentivar a regulamentação e institucionalização e buscar transformar estas ações em profissão e inseri-la dentro da divisão sócio técnica do trabalho, e diante estas demandas em busca de formações, em 1936, é fundada a primeira Escola de Serviço Social que não provém somente dos movimentos da Igreja más também de demandas por via do Estado³⁰.

²⁹ Em 1937, o CEAS atua no Serviço de Proteção aos Migrantes, "funcionando dois anos junto à Diretoria de Terra, Colonização e Imigração", em 1939 assina contrato com o Departamento de Serviço Social do Estado (SP) para a organização de três Centros Familiares em bairros populares. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.174).

³⁰ A escola de serviço social passará por rápidos processos de adequação. O primeiro de dá a partir do convênio firmado entre o CEAS e o Departamento Social de Estado, em 1939 para a organização de Centros Familiares. Essa demanda terá por reflexo a introdução no currículo da escola de um Curso Intensivo de Formação Familiar: pedagogia do ensino popular e trabalhos domésticos. O segundo se dará, logo em seguida para atender a demanda das prefeituras do interior do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 177).

Nesta mesma década se organiza a Seção de Assistência Social para a realização de tarefas eminentes a indivíduos e grupos no reajuste de sua situação de vivências, na qual, pautava o Serviço Social em casos individuais estimulando para um tratamento aqueles que necessitassem destas ações, ou seja, como afirma Mestriner (2011) “atendimentos limitados e sem nenhuma dimensão política voltada para frear o operariado e reforçar a conduta de controle do Estado”.

Esta necessidade de especialização profissional para a assistência não era apenas cogitada pelo movimento católico, e sim como uma necessidade social envolvendo também o Estado e o empresariado, esta formação especializada se dará a partir do crescimento para via de demandas nas obras particulares por via de colaborações, quanto, as outras instituições por profissionais permanentes que assegurassem a capacidade e eficácia destas obras.

Assim o decorrer deste contexto de formação e especialização do profissional para a assistência deu abertura para o surgimento de várias outras escolas de serviço social nas capitais de Estados que se formarão nos mesmos modos das duas primeiras de São Paulo e Rio de Janeiro, só que contando com um novo aparato da Legião Brasileira de Assistência.

A LBA instituída como uma das primazias no campo da assistência no Brasil, com vistas a prestar atendimento às famílias que tiveram entes na prestação de serviços na Segunda Guerra Mundial, criada por viés particular e patrocinada pelo governo e organizações industriais.

Seu campo assistencial viria deflagrar as condições no enfrentamento pós-guerra que fragilizou o proletariado, e as decorrências da crise comercial que acabou dando mais força ao capitalismo, sendo muito contributiva para a dinamização e organicidade do serviço social que:

No encaminhamento de seu objetivo de “trabalhar em favor do progresso do Serviço Social”, oferecerá um sólido apoio às escolas especializadas existentes. Estas serão mobilizadas desde o início para a implantação e programação dos serviços da nova instituição e, ao mesmo tempo subsidiadas para_ através da ampliação de suas instalações, expansão dos cursos normais, realização de *cursos extraordinários* e de pesquisas e *inquéritos sociais*, publicações de trabalhos técnicos etc. Suprir a demanda de trabalhadores habilitados por aquela *formação técnica especializada*, que seu surgimento incrementa de forma acentuada. Através do sistema de bolsas de estudo e da distribuição de recursos financeiros, viabiliza o surgimento de escolas de Serviço Social nas capitais de diversos

Estados, atuando geralmente em convênio com os movimentos de ação social e ação católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 252).

A LBA foi muito importante para o processo de organização das ações de assistência abarcando uma larga dimensão contributiva para a consolidação do Serviço Social via as instituições terem sido apoiados tanto nos campos de trabalho quanto para as especializações dos profissionais, expandindo quantitativamente e qualitativamente as formas de assistência.

Em 1942, com o apoio da LBA e com objetivo de qualificar o trabalho nas indústrias surge o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) inserindo o Serviço Social junto ao empresariado no âmbito de chamar para ele o compromisso de empreender a qualificação enquanto Estado enfrentando questões no orçamento pela ausência de recursos joga a responsabilidade diretamente as empresas de capacitar os/as trabalhadores/as para o mercado de trabalho, portanto:

Procura-se estabelecer algo semelhante a uma divisão de tarefas, em que o Estado como propiciador de economias externas atua na educação elementar da população, assim como na preparação em nível superior de uma elite de *técnicos*, encarregando-se o empresariado na segunda etapa de qualificação da força de trabalho, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho operário (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 255).

O SENAI a partir da sua qualificação ao trabalhador também contribuía para a consolidação do capitalismo, centralizava o trabalhador de forma ajustada ao empresariado e as necessidades da Força de trabalho, que trazia consigo um sistema coercitivo de educação escolar para os meios de produção industrial.

Assim esta instituição através de suas ações práticas dentro das relações sociais determinantes aos meios de produção é também percussora ajustamento, reforçando o domínio do sobre o capital-trabalho, tentando suavizar sua dominação para que sua mercadoria enquanto força de trabalho fosse conservada para a produção.

O trabalho dos assistentes sociais nesta instituição era voltado à coordenação, como trabalhadores assalariados atuavam na produção de serviços não tratados como produção e sim, através de suas técnicas no papel de selecionar e encaminhar ações para diminuir os custos e aumentar o excedente de trabalho aderindo ao capital e através disso contribuindo para expansão industrial e agravando a questão social.

Mais tarde já como uma atividade remunerada e com campos de atuação delimitados, que surgiam por vias das escolas para abertura de espaços profissionais do serviço social, atuaria no setor público por intermédio do Departamento Social de Estado em São Paulo e em outras entidades na inspeção de trabalho de mulheres e menores, e no privado as atuações eram nos Centros Familiares³¹ por intermédio do CEAS.

Aos poucos, estas entidades vão reconhecendo os trabalhos destes técnicos especializados perante os seus diversos serviços prestados competidos a um assistente social, que mesmo em meio à restrição de atividades frente aos limites de órgãos onde pudessem atuar na área pública, e já em obras de cunho particulares, não conseguiam atender as suas demandas enviesadas nos encaminhamentos como articulação fundamental no Serviço Social de casos como era realizado naquele contexto.

Já em 1946, se oficializa outra instituição o Serviço Social de Indústria (SESI) criado a partir de Decreto-lei visto a frente as dificuldades após a guerra buscar dos incentivos das classes para a promoção de bem-estar e desenvolvendo a solidariedade entre patrão e empregado disponibilizado pela Confederação Nacional de Indústria recursos para propiciar a justiça social, ou seja:

Será atribuído ao SESI estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar do trabalhador na indústria. Estarão claramente explicitadas, entre as funções da nova instituição a ser gerida pela corporação empresarial, a defesa dos *salários reais* do operariado através da melhoria das condições de habitação, nutrição e higiene à “assistência em relação aos problemas domésticos decorrentes da dificuldade da vida”, pesquisas e atividades educacionais e culturais, visando à valorização do homem e os incentivos à atividade produtora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 268).

³¹ Os Centros Familiares organizados pelo CEAS a partir de convênio com o Departamento de Serviço Social do Estado, que funcionam a partir de 1940 em bairros operários e que deveriam se constituir em modelo de prática de Serviço Social, não fugiram a essa caracterização. Sua finalidade era de “separar as famílias das classes proletárias, prevenindo sua desorganização e decadência e procurando elevar seu nível econômico e cultural por meio de serviços de assistência e educação. Nesses Centros manterão serviços diversos, como plantão para atendimento a interessados, visitas domiciliares, bibliotecas infantis, reuniões educativas para adultos, curso primário “para proteger as crianças cujas mães são obrigadas a trabalhar fora”, cursos de formação familiar (*moral e formação doméstica para o lar*), restaurante para operários etc. O tratamento dos casos será basicamente feito através de encaminhamentos, colocação em empregos, abrigo provisório para necessitados, regularização de situação legal da família (casamento) etc, e fichário dos assistidos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.190).

O SESI foi um marco para a organização empresarial na qual se inserem um posicionamento da classe dominante (empresariado) em gerenciar a assistência para o proletariado, baseado no pioneirismo do SENAI, estas se articularam para assistir o operariado em decorrência do aprofundamento da “questão social” no período pós-guerra.

Um dos enfrentamentos à questão social seria elevar a renda, uma das preocupações centrais entre representantes da indústria e do comércio para poder conseguir progredir, o caminho seria fomentar a industrialização com o auxílio do Estado e aumentar a capacidade de o proletário produzir, assim estas instituições buscavam dar condições acessíveis para os operários e familiares para que os meios de produção não fossem afetados.

Assim a industrialização teria um papel importante junto às soluções para a questão social onde, a partir da viabilização do mercado que tinha o proletário como parte dele, correspondendo sua importância no processo de aumento de renda e produção, com isso, integrando camadas da população ao desenvolvimento da economia.

Ainda em 1946, a Igreja Católica aponta algumas modificações em suas ações que serão trazidas a partir do II Congresso Brasileiro de Direito Social consolidando suas novas posições, nestas o Estado laico nem a burguesia ficariam submetidos à ordem milenar e totalitária do direito natural e assim dentro do Direito Social se articularia em promover o bem comum para os diversos grupos sociais então:

[...] esse *direito* deverá, independentemente da ação do Estado, integrar os indivíduos dentro de uma ordem comunitária em que capital e trabalho, consumidor e fornecedor, terão sua apetitividade pautada através do lucro e salário *justos*, a fim de atender às necessidades materiais e espirituais da sociedade. A economia, o livre jogo do mercado, deve se submeter ao *direito* para a preservação do bem comum. Por outro lado, a disseminação da pequena propriedade e o agrarismo são substituídos por uma nova visão da *desproletarização do proletariado*. A empresa será vista como um órgão da comunidade, como uma *função social*. O acesso de todos à propriedade deve surgir a partir da crescente integração entre o capital e o trabalho dentro das modernas unidades de produção, através da co-propriedade e da participação dos lucros [...] (IAMAMOTO; CARVALHO 2009 p. 271-272).

A partir destas ações o Serviço Social³² se reafirmará com fundamental participação no processo de relações entre patrão e classe trabalhadora, consolidando a harmonia entre capital e trabalho, conscientizando os patrões e preparando os trabalhadores para adentrar para esta colaboração.

Deste modo, as práticas assistenciais radicais do SESI virão como resposta frente ao novo conjunto de relações de força surgidas a partir do desmonte do Estado Novo, onde o movimento operariado ganha força e o conservadorismo empresarial não consegue intervir na assistência diante essa conjuntura.

Esta radicalização traz novos caminhos de atuação para o Serviço Social, que vai se adaptando ao capitalismo e suas transformações advindas da burguesia que na não adaptação a dominação de classe, vai assumindo outras vertentes que se diferenciam das lutas do proletariado, será articulada pela Fundação Leão VIII como resposta do Estado novos segmentos para ações do Serviço Social.

A Fundação Leão VIII oficializada por Decreto-lei em 1946, surge para a atuação junto a habitantes das favelas que concentrava um grande número dos populares pobres da camada urbana industrial. Estas ações eram realizadas em conjunto com a prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro, naquela época capital do Brasil), Ação Social Arquidiocesana e a Fundação Cristo Redentor no objetivo de trabalhar as precárias condições que se encontravam a população das favelas naquele momento.

Contando com um grande apoio do Estado e da Igreja, os serviços assistenciais eram prestados com base na inserção de Centros de Ação Social (CAS) nas favelas oferecendo atendimentos, estes:

[...] compondo-se os mesmos de serviços de Saúde (higiene, pré-natal, higiene infantil, clínica médica, lactário, gabinete de odontologia, pequenas cirurgias e farmácia) e Serviço Social, tendo este por responsabilidade todas as atividades de fora do campo médico: Serviços dos Casos Individuais (matrícula, triagem inquéritos, visitação, seleção, orientação e tratamento), Auxílios (assistência jurídica, encaminhamento_ emprego, situação civil, hospitais etc._ caixa beneficente, creche, merenda escolar etc.), Recreação e jogos (adultos e crianças) e Educação Popular. Além

³² “[...] O Serviço Social deixará de se ater quase exclusivamente no interior das empresas às atividades de coordenação dos serviços assistenciais, concessão de benefícios, ao incentivo e organização de associação de ajuda mutua e corporativismo etc. (que também fazem parte das relações industriais), para se vincular mais profundamente ao confronto direto entre capital e trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO 2009, p. 278-279).

destas modalidades, o Serviço Social de Grupo deverá ser aplicado para além do seu campo tradicional _ lazer e educação_ através da constituição, a partir do CAS, de associações de moradores, teorizadas enquanto forma de aferir a penetração da instituição no meio, devendo permanecer sob sua tutela [...] (IAMAMOTO, CARVALHO, 2009, p. 283-284).

Para o serviço social institucionalizado pela Fundação Leão VIII, o problema dos grandes centros urbanos, vinha da educação, ou seja, era preciso reduzir esta questão de ignorância daqueles não educados com a finalidade de inseri-lo no mundo da cultura, buscando através de uma formação como meio para atender e direcionar as famílias para se regenerar enquanto indivíduos democráticos, cultos e capazes de se reconhecer, assim segundo lamamoto e Carvalho (2009, p. 287) “a educação e a cultura era vista como instrumento para sua própria libertação”.

2.2 O Serviço Social na cena contemporânea

Antes de iniciarmos as discussões acerca do Serviço Social no cenário contemporâneo se faz necessário situarmos o papel desta profissão na sociedade.

Os (as) assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos da classe subalterna em sua relação com o bloco de poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas (IAMAMOTO, 2009, p. 05).

Desse modo, a atuação dos/as assistentes sociais não deve se ater à intervenções endógenas e focalistas, mas devem estar voltadas para a viabilização dos direitos da população usuária partir dos pressupostos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que fundamentam a formação e o exercício profissional nos diversos espaços sócio ocupacionais de intervenção profissional dos/as assistentes sociais, pois só dessa forma é possível compreender e responder às demandas potenciais e reais que se apresentam no cotidiano de trabalho.

Neste sentido conforme lamamoto (2012, p. 23) “as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho e na esfera estatal, em suas relações com a sociedade civil, incidem diretamente sobre os rumos do desenvolvimento dessa profissão na sociedade”, pois o Serviço Social está diretamente relacionado à conjuntura, a qual, por sua vez, sofre alterações constantes, daí a necessidade

desta profissão se manter atenta ao movimento da realidade, fundamentando-se teórico e criticamente, haja vista que:

A crise contemporânea implica em profundas alterações nas relações entre os países, no mundo do trabalho, na economia, cultura nas práticas ideó-políticas e profissionais. Interessa-nos captar as particularidades que estas transformações assumem nos países periféricos dados os traços constitutivos do tipo de capitalismo que nestes países se objetivou_ dependente e excludente e a maneira pela qual estas transformações se constituem em mediações às práticas profissionais e ao Serviço Social, em particular (GUERRA, S/D ,p. 01).

É através do seu caráter lábil que o Serviço Social procura responder de forma significativa, respaldada no Projeto Ético Político (PEP)³³ hegemônico na profissão ora referendada, às demandas que emergem.

Salienta-se que o PEP³⁴ foi criado nos anos de 1980, especificamente a partir de 1979 a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)³⁵, popularmente denominado Congresso da Virada, pelo fato de ter virado a página da umbilical relação do Serviço Social com o conservadorismo. Esse Congresso substituiu os representantes que compunham a mesa de abertura do mesmo, os quais eram do regime ditatorial vigente naquele contexto, por representantes dos movimentos sociais.

³³ Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95).

³⁴ “O Serviço Social no Brasil, desde o seu surgimento, na década de 1930, até meados da década de 1960 orientou-se hegemonicamente por meio de projetos profissionais vinculados aos interesses burgueses – não desconsiderando a existência de projetos contrários a esses. No entanto, [...], foi somente com a emergência do Movimento de Reconceituação que essa hegemonia passou a ser questionada [...]” (PAULA, 2016, p. 132).

³⁵ Conforme Paula (2016, p.135), “[...], torna-se absolutamente impensável compreender o “movimento da virada”, que ocorreu no momento do III CBAS, sem analisar o período de efervescência política que se instalava em nosso país a partir da década de 1970 – período já abordado anteriormente. A atuação vigorosa do movimento sindical e popular, especialmente do novo sindicalismo surgido no final da década de 1970, significou um avanço político e organizativo para os trabalhadores e alimentou a luta pela democratização das instituições em todo o país. Essa realidade de grandes mobilizações e greves gerais rebateu no Serviço Social, estabelecendo laços de uma articulação orgânica entre assistentes sociais e militâncias político-sindicalistas”.

O “Congresso da Virada” configura-se, portanto, como um produto, um resultado do processo de intensa efervescência política no cenário brasileiro e latino-americano que implicou em fortes rebatimentos no âmbito do Serviço Social - assim como em outras profissões, instituições e espaços coletivos. Em toda a América Latina, movimentos sociais urbanos se articularam, ao longo da década de 1970, em meio a uma conjuntura que confrontava regime autoritário, Estado coercitivo, modelo econômico excludente, contradições urbanas e participação popular. Em todos esses processos de luta, alguns setores da categoria profissional dos assistentes sociais estiveram visceralmente presentes. Por isso, o processo histórico desencadeado em nosso país influenciou decisivamente parte dos assistentes sociais, fazendo com que esses buscassem sintonizar a organização da categoria com entidades sindicais nacionais (PAULA, 2016, p.135).

É interessante notar que apesar das tentativas de ruptura com o conservadorismo na profissão, que se deu a partir de um longo processo de Renovação³⁶ do Serviço Social brasileiro, lamentavelmente ainda se evidencia a presença do neoconservadorismo³⁷ na profissão, seja através da formação profissional, sobretudo a partir das instituições de ensino à distância³⁸, seja durante o processo de desenvolvimento da intervenção profissional.

O PEP é composto por uma tríade indissociável, qual seja: Lei de Regulamentação da profissão de Serviço Social (8662/93); Diretrizes Curriculares³⁹ para o curso de Serviço Social de 1996; Código de Ética de Serviço Social, representado na resolução 273/93.

³⁶ “Dessa forma, o Processo de Renovação, através da intenção de ruptura, foi capaz de construir estratégias político-profissionais, articuladas a um objetivo central: a construção de um novo projeto de profissão articulado ao projeto societário de superação da ordem capitalista. [...]” (PAULA, 2016, p. 137).

³⁷ “O termo neoconservadorismo, assim como outros “neos” passa a ser utilizado a partir da década de 1970 para designar a retomada de um determinado pensamento ou referência teórica, neste caso o pensamento conservador agora em outro contexto social e político. Marca claramente os governos estadunidenses de Regan e Bush no que se refere ao posicionamento político destes, com forte influência da perspectiva conservadora. Expressa-se completamente na formulação pós-moderna” (CARDOSO, 2013, p.197).

³⁸ “Vale lembrar que é nesse governo que se inicia uma política educacional de flexibilização e desregulamentação da educação superior com a substituição dos currículos mínimos pelas diretrizes curriculares (o que significou a perda de domínio sobre a qualidade dos conteúdos de cada profissão a serem obrigatoriamente trabalhados em qualquer universidade) e o incentivo à criação de muitos cursos privados) (CARDOSO, 2013, p. 200).

³⁹ “As diretrizes curriculares que ficaram conhecidas como Diretrizes de 1996, embora tenham sido oficialmente aprovadas pelo MEC apenas em 2002, também demonstram o amadurecimento desse projeto ético-político na estruturação de uma proposta de formação profissional que respondesse às exigências sociais, mas ao mesmo tempo não perdesse a teleologia apontada por esse projeto (CARDOSO, 2013, p. 210).

No tocante a dimensão ética do PEP no que diz respeito a sua vinculação e composição imbricada ao Código de ética, é importante notar que:

A afirmação explícita dessa teleologia no Código de 1993 denota a importância que a dimensão ética e a dimensão política têm para esse projeto. Será na década de 1990 que a discussão da ética ganhará fôlego e importância para a profissão, bem como será também nessa década que seu amadurecimento político ocorrerá. Não é à toa que esse projeto passará a ser chamado de ético político, expressando a relevância que essas duas dimensões têm para esse projeto profissional (CARDOSO, 2013, p. 204).

Esse projeto, ainda está imbricado a três dimensões: 1) da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; 2) das instâncias político -organizativas da profissão; 3) jurídico-política da profissão. Tais dimensões materializam e dão visibilidade ao PEP, estando, portanto, imbricadas dada a indissociabilidade e prominência das mesmas, mantendo-se presentes durante todo o processo de efetivação do exercício profissional nas mais diversas esferas de inserção dos/as assistentes sociais.

Ressalta-se, porém, que o referido projeto é hegemônico na profissão, mas não homogêneo, pois existem segmentos no seio do Serviço Social que discordam do referido projeto, considerando-o utópico ou ultrapassado, seja devido ao referencial teórico que o ancora, o marxismo, seja pelo fato da hegemonia do modo de produção capitalista.

Todavia, indubitavelmente, como perspectivas para esta profissão, atender as demandas advindas a partir das transformações societárias, é preciso fortalecer o PEP, buscando efetiva-lo e concretiza-lo no cotidiano profissional, pois o mesmo representa o compromisso com a classe trabalhadora, bem como propõe um ideal de sociedade a ser conquistado sem dominação de classe, gênero ou etnia, enfim, sem quaisquer formas de desigualdades.

Isso posto, deve-se salientar que:

O valor central desse projeto (explicitado no código) é a liberdade, entendida nos termos da perspectiva emancipatória, [...], como a possibilidade de superação da condição de opressão e dominação presente na sociedade de classes diante do trabalho alienado que alija o homem de suas potencialidades enquanto ser social. Liberdade humana que se dará quando a emancipação humana se der, o que não elimina sua defesa mesmo na ordem capitalista, que, pela sua contraditoriedade, carrega em si a possibilidade do

exercício da liberdade em condição mais restrita, sem absolutizá-la” (CARDOSO, 2013, p. 205).

Isso posto, ratifica-se a necessidade de profissionais que saibam não apenas compreender a conjuntura vigente, mas também se posicionarem criticamente, pois os desafios contemporâneos estão cada vez mais intensos e gritantes.

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, negociar com a instituição seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p.12).

Portanto, exige-se para esse profissional muito mais que suas experiências cotidianas, ou seja, pragmáticas e empiristas, mas sim análises críticas, fundamentadas teoricamente, e a partir daí construir estratégias mediadoras de intervenção.

Com relação ao cenário contemporâneo, evidencia-se que as demandas que se apresentam ao Serviço Social se intensificam de forma acentuada, em face ao contexto de agudizamento da questão social⁴⁰ devido ao descaso do governo com relação às políticas públicas, ao tempo em que se evidencia a ampliação exacerbada de todas as formas e expressões da questão social (moradia, fome, pobreza, precarização das condições e relações de trabalho, desemprego, miséria, violência, homofobia, feminicídio etc). Essa realidade impacta diretamente no exercício profissional dos/as assistentes sociais, pois ao tempo em que estes/as profissionais identificam a ampliação das demandas, se deparam com poucas condições de trabalho e, conseqüentemente pouca ou nenhuma possibilidade de respostas às necessidades/direitos apresentados/as pelos/as usuários/as.

Destarte, reiterando essas colocações Cardoso (2013, p. 201-202):

⁴⁰ A luz da política neoliberal introduzida no Brasil a partir do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso nos anos de 1990, “[...], enfrentamento à questão social pelo Estado se dará com o forte apelo à participação da sociedade civil, que assume a execução de políticas (pelo processo de conveniamentos, ou, poderíamos dizer, de uma “terceirização da execução das políticas”). Tais políticas serão marcadas pela focalização e seletividade de programas de combate à fome (e não à desigualdade). Instaura-se, portanto, uma política social aos moldes do neoliberalismo, uma política “residual que soluciona apenas o que não pode ser solucionado pela via do mercado, da comunidade e da família” (BEHRING, 2009, p.310 *apud* CARDOSO, 2013, p.199).

Assim, apresentam-se a trabalho profissional do assistente social novas e velhas expressões da questão social, entre elas, violência de gênero, violência urbana, drogadição, AIDS, discriminação por questões de etnia, gênero e geração, moradia de rua, moradias insalubres e em risco, fome, crianças e adolescentes em situação de risco ou abandono, doença mental, discriminação por deficiências físicas, envelhecimento sem recursos, violência contra o idoso, doenças do trabalho, não acesso a direitos e benefícios sociais, miséria, trabalho infantil, entre tantas outras situações que nos remetem à pobreza, exclusão social e discriminação.

Afora às deletérias peculiaridades acima apontadas, a classe que vive do trabalho ainda se depara com precárias condições e relações de trabalho, as quais, em decorrência da política neoliberal, massacram e aviltam os direitos dos/as trabalhadores/as, considerando, sem sombra de dúvidas, os/as assistentes sociais enquanto classe trabalhadora também, pois vende a sua força de trabalho em troca de um salário para garantir as suas condições de sobrevivência.

Nesse sentido, os/as assistentes também enfrentam problemáticas similares àquelas apresentadas pela população usuária, como desemprego⁴¹, pluriemprego, polivalência, desespecialização, dentre outros aspectos, acarretando em muitos problemas derivados do mundo do trabalho, o qual em razão da lucratividade acima de qualquer outra prerrogativa, aliena, massacra, sonega e extingue direitos conquistados a partir de intensas lutas de movimentos populares. Assim, a sociedade assiste anestesiada ao aprofundamento da precarização do mundo do trabalho. Portanto,

[...]. O trabalho, fonte de humanização, torna-se fonte de desumanização, ou seja, o trabalho a que os indivíduos precisam sujeitar-se não promove a elevação de suas necessidades individuais, nem tampouco a elevação das necessidades do gênero humano, ao contrário, reduz estas necessidades a uma única: a de sobrevivência. Neste sentido, o trabalho passa a ter significado de uma atividade cujo resultado é apenas a satisfação das necessidades mais imediatas e primitivas de sobrevivência bem parecidas às dos animais como: alimentação (na maioria das vezes

⁴¹ Conforme dados do IBGE (2019), o desemprego é o maior em sete anos em treze capitais do país, as quais obtiveram recorde no ano de 2018: Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Belém (PA), Macapá (AP), Teresina (PI), João Pessoa (PB), Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS) (<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/22>).

precária ou sem conforto) e divertimento (TÔNUS, 2012, p.05 *apud* CARDOSO, 2013, p. 29).

Pois bem, é justamente nessa sociedade contemporânea que se vivencia um intenso processo de degradação do mundo do trabalho, o qual como se não bastasse à retirada de direitos, ainda provoca um aviltante processo de desumanização, onde os/as trabalhadores/as não reconhecem mais os/as outros/as como classe que vive do trabalho, ocasionando uma onda de competitividade e desunião, distanciando cada vez mais a possibilidade da passagem da “classe em si à classe para si”, conforme dizia o velho Marx.

Entretanto, é justamente nos momentos de crise que a classe trabalhadora precisa se reorganizar, pois só a partir dela e dos processos organizativos é que se faz possível a construção de uma nova sociabilidade, ou seja, de uma sociabilidade diferenciada daquela imposta pelo modo de produção capitalista. Destarte, se faz indispensável a reafirmação e fortalecimento do PEP, dado o seu compromisso de luta e defesa da classe que vive do trabalho.

2.3 O Serviço Social no Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (SPAIF): atribuições, competências e desafios

A intervenção dos/as assistentes sociais na efetivação da Política de Assistência Social, assim como em qualquer outra área de atuação, deve se dar norteada pelos pressupostos do projeto ético-político da profissão, o qual prima o compromisso com a classe trabalhadora na perspectiva de viabilizar os direitos desta, sendo contra qualquer forma de arbítrio e de autoritarismo. Tal intervenção no campo da assistência, requer também o conhecimento do território para o enfrentamento das demandas e vulnerabilidades dos/as usuários/as.

Território é entendido, como espaço geográfico, histórico e político construído por meio de relações entre diferentes atores que determinam o conjunto de condições em que vive a população. A noção de território pressupõe articulação entre a dinâmica demográfica e a dinâmica socioterritorial e, em decorrência disso, também é entendida como espaço da intersectorialidade de ações e políticas públicas, para resolver problemas concretos de uma população (MIOTO, 2009, p.123).

Desse modo, conhecer o território é fundamental para a elaboração de respostas às demandas dentro das instituições, como também para a inserção

dos/as usuários/as em espaços sócio-políticos e no conjunto de serviços ofertados pela rede, pois esse conhecimento torna mais viável o planejamento das ações propondo uma forma articulada de enfrentamento às variadas expressões da questão social existentes em uma dada comunidade.

Ressalta-se que a Proteção Social Básica destina-se a prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Sua porta de entrada são os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), qual conta o serviço de caráter exclusivo e obrigatório: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (SPAIF)⁴² que tem a finalidade de fortalecer as medidas protetivas à família mediante o acesso aos direitos e evitar a quebra dos vínculos familiares e sociais, assim sendo:

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando continuamente os deslocamentos entre ao público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social (PNAS, 2004)

⁴² O PAIF foi concebido a partir do reconhecimento que as vulnerabilidades e riscos sociais, que atingem as famílias, extrapolam a dimensão econômica, exigindo intervenções que trabalhem aspectos objetivos e subjetivos relacionados a função protetiva da família e ao direito à convivência familiar. O PAIF teve como antecedentes o Programa Núcleo de Apoio à Família (NAF - 2001), e o Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família (PNAIF- 2003). Em 2004, o MDS, aprimorou essa proposta com a criação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Em 19 de maio de 2004, com o decreto 5.085 da Presidência da República, o PAIF tornou-se “ação continuada da Assistência Social”, passando a integrar a rede de serviços de ação continuada da Assistência Social financiada pelo Governo Federal. Em 2009, com a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Sócioassistenciais, o Programa de Atenção Integral à Família passou a ser denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (SPAIF), mas preservou a sigla PAIF. Esta mudança de nomenclatura enfatiza o conceito de ação continuada, estabelecida em 2004, bem como corresponde ao previsto no Art. 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (BRASIL, MDS, 2015).

O CRAS dentro do seu papel de organizar os serviços socioassistenciais ofertando a proteção social básica assume dois eixos estruturantes do SUAS, um deles, a *matricialidade Sociofamiliar* onde centraliza a família para todas as ações da política de assistência que conforme a PNAS a família é um conjunto de pessoas unidas por laços que para sua sobrevivência e reprodução é necessário a reciprocidade de obrigações, assim:

O SUAS, ao eleger a matricialidade Sociofamiliar, como uma de suas bases estruturantes, organiza toda a rede socioassistencial para o apoio das famílias, a fim de assegurar a toda população o direito à convivência familiar, seguindo o pressuposto de que para a família prevenir, proteger e manter seus membros é necessário a ação efetiva do poder público. O CRAS, assim considera as famílias como um espaço de ressonância e sinergia de interesses e necessidades coletivas e de mobilização a participação e ao protagonismo social, ou seja, como um vetor de mudança da realidade social (BRASIL, MDS, 2009, p.13).

O outro eixo é a territorialização, que propicia o conhecimento de uma localidade e compartilhamentos de vida em uma determinada área, assim o território não está restringido a um determinado espaço e sim a um conjunto de relações sociais, econômicas, culturais e familiares dentro de seus conflitos e desigualdades deste modo segundo o MDS/SUAS (BRASIL, 2009, p.13) o território abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade.

Então, é através do conhecimento das desigualdades sociais que a política de assistência pode encontrar os potenciais para seu devido enfrentamento, organizando-se de forma, sob situações particulares e específicas com o comprometimento do poder público em ofertar adequadamente o acesso a serviços.

Assim, para a assistência social a família é um núcleo de contradições, configuradas por condições e situações atreladas a contextos sociais e econômicos distintos.

Para a execução dos serviços junto às famílias é necessário analisar suas variadas características, na qual demandará diferenças para os atendimentos a partir de um planejamento sob o conhecimento para atender as particularidades de cada uma, conforme ela se organiza.

Isso posto, a finalidade da política da assistência social é fortalecer os vínculos familiares, segundo o MDS (2009, p.12) “contribuindo na defesa e

promoção do direito a convivência familiar e comunitária trazendo para o SUAS a partir de suas estruturas o desafio de apoiar as famílias na proteção, sociabilização, aprendizagem e desenvolvimento das capacidades humanas”.

Para isso, é fundamental que os/as usuários/as dos serviços não sejam tirados do convívio familiar e social. Para tanto, um dos serviços executados pelo CRAS através do SPAIF, que baseado na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de qualidade de vida. Por meio das seguintes atividades: Acolhida; Oficinas com Famílias; Ações Comunitárias; Ações Particularizadas; Encaminhamentos.

O SPAIF é o articulador de todos os outros serviços, pois é a partir das ações para ampliar a vivência familiar, e sua função protetora que pode evitar as situações de quebra de vínculos. As ações realizadas podem ser desenvolvidas de duas formas complementares; o atendimento e o acompanhamento, sendo:

[...] o atendimento às famílias, ou a alguns de seus membros, refere-se a uma ação imediata de prestação ou oferta de atenção, com vistas a uma resposta qualificada de uma demanda da família ou do território. Significa a inserção da família, um ou mais de seus membros, em alguma das ações do PAIF: acolhida, ações particularizadas, ações comunitárias, oficinas com famílias e encaminhamentos. [...] já o acompanhamento familiar consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar - com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF, buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas (BRASIL, MDS, 2012, p. 54).

Nesse sentido, atuar junto a famílias requer o conhecimento da realidade a qual as mesmas estão inseridas, mas não apenas isso requer também a compreensão e leitura crítica da realidade em que as mesmas se inserem, para daí ser possível traçar estratégias mediadoras de intervenção capazes de viabilizar o atendimento às complexas demandas apresentadas pelos/as usuários/as no cotidiano institucional. Daí, o profissional precisa ter competência teórico metodológica, ético política e técnico operativa para propor e traçar alternativas de intervenção capazes de mediar as correlações de forças criadas pelo Estado, as

quais dificultam a garantia do atendimento aos direitos da população usuária, em decorrência da política neoliberal sedimentadora do “Estado mini max”, por meio das intensas restrições, sucateamento e precarização das políticas públicas brasileiras, haja vista que o objetivo é promover cada vez mais a ascensão do modo de produção capitalista. Destarte,

[...] a intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção , pelo/a profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida , identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva , em conjunto com os trabalhadores/as de estratégias políticas e técnicas para a modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos(CFESS, 2011, p.18).

Mediante os desafios presentes nos espaços sócio ocupacionais, passa a se exigir dos/as profissionais uma maior competência no reconhecimento de instrumentos e requisição de suas habilidades para uma atuação capaz de atender os diversos segmentos da população usuária dos serviços.

Ao analisarmos as competências e atribuições do assistente social é preciso também visualizar as mudanças que interagem no meio social, marcada pela globalização⁴³ da produção e as condições de trabalho nas quais estão inseridos/as, tendo em vista isso impactar diretamente na forma como esses/as profissionais atuam no atendimento às demandas.

Não podemos desconsiderar que estas agravações se deram a partir da contrarreforma e as suas alterações junto a sociedade, que trouxeram privatizações, a desresponsabilização estatal com as necessidades sociais e a mercantilização e minimização dos direitos sociais, contribuindo para a radicalização da questão social, e nesse contexto que as condições no mercado de trabalho dos/as

⁴³ A globalização da produção, do mercado e dos bens culturais, nos marcos da financeirização da economia e da radicalização da produção de bens e serviços e a reorganização do Estado traduzida precisamente em uma contra-reforma do Estado. Sob o signo de privatização, tem-se a restrição das responsabilidades públicas e recursos orçamentários correspondentes, no trato das necessidades sociais das maiorias, a que se alia o desmonte dos direitos conquistados e a radicalização das desigualdades (CFESS, 2012, p. 41).

assistentes sociais vão sofrendo uma série de impactos aviltantes, desregulamentando e flexibilizando as relações de trabalho.

Nesse sentido as condições de trabalho dos/as assistentes sociais se tornam mais frágeis, daí de acordo com o CFESS (2012) “vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e serviços sociais públicos”.

Contudo suas principais dificuldades no âmbito profissional não se incidem nas funções técnico-operativas de suas atividades, mas, sim nas condições de trabalho que fragilizam a sua atuação como os baixos salários, maior número de atividades, excesso de carga horária, causando rotinas intensas e a falta de reconhecimento da profissão e assim o trabalho passa a sofrer alterações desafiando o assistente dentro dos seus espaços sócio ocupacionais.

Nesse sentido, diante do cenário contemporâneo permeado por intensos desafios em decorrência do processo de desmonte das políticas públicas, evidencia-se a necessidade de profissionais de Serviço Social que estejam embasados nos pressupostos do Projeto profissional hegemônico na profissional, de modo que seja possível desenvolver propostas e frentes de trabalho críticas, criativas, propositivas, conscientes e competentes, capazes de fornecer respostas contundentes e emancipadas as inúmeras demandas, que na verdade não são nada mais que expressões da questão social, que emergem no cotidiano institucional o qual é permeado por intensas correlações de forças, mas que os/as assistentes sociais, sobretudo, precisam estar atentos a esse movimento contraditório e partir em defesa de uma dimensão política de compromisso com a classe trabalhadora.

Portanto, atuar na efetivação da política de Assistência Social diante dessa conjuntura de crise, sem perspectivas concretas de melhoras, se configura como um grande desafio para os/as assistentes sociais, seja do ponto de vista ético, técnico ou teórico, pois estes/as profissionais conhecem e têm uma formação crítica e contundente para atuar frente as refrações da questão social, mas, ao mesmo tempo, se veem sem condições objetivas para fornecer respostas à essas refrações, provocando um severo descontentamento, tendendo ao fatalismo por parte da categoria profissional.

3 A PESQUISA

3.1 Percurso metodológico da pesquisa

Este capítulo apresenta os dados da pesquisa exploratória de campo realizada no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), localizado no Conjunto Maurício Gomes, S/N, Bairro: São Francisco, na cidade de Santa Cruz/PB. Os sujeitos da pesquisa corresponderam a duas assistentes sociais que atuam na referida instituição.

Os dados foram coletados no mês de fevereiro do ano de 2019. A autorização de participação da pesquisa se deu a partir do preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE I) devidamente assinado pelas profissionais. A coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro de entrevista previamente elaborado (APÊNDICE 2).

Na perspectiva de assegurar o sigilo no tocante à identidade das profissionais que participaram da pesquisa, as mesmas serão denominadas por Profissional 01 e 02.

Destarte, a presente pesquisa foi efetuada para compor o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de cunho exploratório qualitativo, considerando que segundo (MINAYO, 2015 p.21- 22), “responde a questões particulares, trabalhando com o universo dos significados, dos motivos, das aparições, das crenças, dos valores e atitudes”, ou seja, onde dentro das Ciências Sociais ela se se insere a uma realidade que não pode se atrelar a quantidades, nesse sentido:

[...]. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos [...] (MINAYO, 2015, p. 21-22).

A partir deste tipo de pesquisa é possível compreender a realidade em que se inserem os sujeitos, visando uma melhor análise e compreensão sobre o objeto estudado.

A coleta de dados foi realizada a partir de uma entrevista semiestruturada que propicia a comunicação e a apreensão de informações, que conforme explica Minayo (2015, p. 64-65):

[...] Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

Dessa forma a entrevista é considerada um privilégio de interação social, expressando diferentes formas de apreender a realidade, quanto no ato da produção de dados, tanto na de realizá-las sobre a capacidade de captação da fala sobre alguma temática.

Nesse sentido os dados foram apreendidos de acordo com as falas dos sujeitos da pesquisa e analisados criticamente fundamentados no método crítico dialético que nos concede a compreensão da realidade e suas múltiplas representações dentro das relações sociais conforme afirma Minayo (2015, p. 24-25) “A dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos”.

Portanto, a dialética foi utilizada nesta compreensão contribuindo para uma apreensão objetiva, por ser capaz de fazer uma análise interpretativa da realidade, buscando abordar e entender os fenômenos sociais para além da sua imediatez.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

3.2.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são assistentes sociais trabalhadoras do SUAS. As entrevistadas são do gênero feminino entre a idade de vinte a trinta anos. A religião de uma delas é católica, solteira, sem filhos, concluiu a graduação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no ano de 2011, especializada em Políticas Públicas há seis anos e mestre em direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas há quatro anos. Trabalha na referida instituição há quatros anos cumprindo uma carga horária

de trinta horas semanais dividida em quatro dias de trabalho, exercendo cargo efetivo por concurso público, residente na mesma cidade em que trabalha, exercendo outro vínculo empregatício em outra instituição.

A outra entrevistada é casada e com um filho, católica, concluiu sua graduação no ano de 2010 também pela UFPB, com especialização na área de Educação Inclusiva há cinco anos, residente na mesma cidade em que atua como cargo efetivo por concurso, cumprindo uma carga horária de trinta horas divididos em três dias semanais e atuando também em outra instituição também com cargo efetivo no Programa Melhor em Casa.

3.2.3 Concepção das profissionais sobre a Política de Assistência Social Brasileira

Quando indagadas sobre qual a percepção acerca da Política de Assistência Social, as profissionais entrevistadas emitiram as seguintes respostas:

A Política pública de assistência social é uma política que está dentro do tripé da Seguridade Social e de grande importância para garantir direitos constitucionalmente assegurados à população, uma política que avançou muito né em um período, sobretudo de 2000 a 2004. A gente vem tendo um avanço significativo, mas, ao mesmo tempo, também tendo barreiras em termos de legislação um amadurecimento muito bom em termo de funcionamento desta política, mas em termos práticos ela está muita a quem [...]. A gente trabalha com políticas públicas que quem está à frente não tem conhecimento acerca daquilo, que deixa a política um pouco a quem, que a gente ver como funciona e vai deixando barreiras, mas assim é uma política que avançou muito em termos de legislação e amadurecimento teórico, que vem sim assegurar o caráter protetivo das famílias. A gente pensa não só a Política de Assistência Social enquanto política municipal, mas compreendendo a política estadual, a política nacional, a gente tem avanços significativos de grande valia, mas a gente precisa ainda trabalhar e avançar, mas inclusive nas conferências é algo que não tá dado, não tá posto é uma luta constante inclusive para nós trabalhadores pela desvalorização salarial, pelos recursos congelados a tantos e tantos anos, mas acho que assim ela é uma boa política, porém ainda não bem gerida (PROFISSIONAL 01).

A minha percepção é que a política não é prioridade, a assistência não é prioridade para nenhum dos governos em nenhuma das esferas [...]. Considerando que de fato tivemos avanços a nível nacional com a implantação do SUAS e com toda a estruturação da rede do sistema do SUAS em si, isso é um avanço inquestionável, mas dentro dessa nova perspectiva dentro desta nova conjuntura a assistência social não é prioridade [...] para o Estado diante esse

governo que está aí hoje, mas em termos de Estado a gente também pode considerar que se tiveram também alguns avanços [...]. [...] a gente tem diversos problemas com relação a transportes, diversos problemas com relação à execução de serviços, diversos problemas coma as equipes estão lidando diretamente com o público, com o público do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com idosos, crianças e adolescentes, isso é ruim porque não temos pessoas como a gente gostaria que tivesse capacitado e quando a gente capacita, em decorrência do vínculo, essas pessoas saem e aí entram pessoas que já não são capacitadas [...]. As pessoas elas subestimam a assistência, elas não tem dimensão do que é a assistência social [...]. Eu já ouvi de superiores dizerem que a assistência social não tem visibilidade, mas porque a assistência social ela não tem visibilidade? Por que a gente não pode estar expondo o atendimento de uma família, aonde ela vem relatar uma violência sexual, um abuso, aonde ela vem relatar uma violência doméstica, patrimonial, psicológica, vem relatar fome vem relatar dependência, seja ela de cuidados, seja química, seja financeira, a gente não pode expor as famílias [...] (PROFISSIONAL 02).

A partir das falas acima apresentadas, é possível claramente identificar que as profissionais apresentam uma série de elementos que, ao mesmo tempo em que demonstram a compreensão destas sobre a Política de Assistência Social, também evidenciam o descontentamento dessas assistentes sociais com relação às condições de trabalho a que estão submetidas.

Há indubitavelmente, nos dois relatos o reconhecimento com relação aos avanços que a política da assistência adquiriu a partir da PNAS (2004). No entanto, são apresentados em ambos que isso ainda não foi suficiente para garantir, por parte dos/as gestores/as, a qualidade no que diz respeito à operacionalização dessa política, que continua sendo desenvolvida de forma precarizada, parca e medíocre.

3.2.4 Dificuldades e desafios encontrados para a efetivação da Política de Assistência Social no município

No tocante às dificuldades e desafios encontrados para a efetivação da Política de Assistência Social no referido Município, as profissionais apresentaram algumas inquietações as quais passaremos a apresentar.

As dificuldades em termos financeiros menos os recursos praticamente são geridos em termos municipais em nível do que vêm do cofinanciamento federal, os municípios pouco destinam recursos para a área da assistência e isso dificulta sim os trabalhos, somos profissionais pagos basicamente com os recursos federais e são recursos que não é só para isso é para pagar profissionais, para a manutenção, compra de equipamentos pensando em nível de Santa Cruz tivemos compra de um birô, computadores há muitos anos, a gente precisa de um computador novo e a gente não tem perspectiva

de comprar porque o recurso acaba ficando um pouco restrito e diante dessas dificuldades a gestão falta compreensão de política, e a assistência social dificulta o acesso do que está restrito para poder viabilizar, mais ou menos isso (PROFISSIONAL 01).

[...]. Os dois maiores gargalos, ou seja, desafios da política de assistência são a valorização e reconhecimento da assistência social como política extremamente importante no sentido de ser estruturante e também a questão do financiamento não no aumento de recursos, considero, concorda também, mas acho que poderia ter melhores recursos, mas é em questão de melhor gestão para estes recursos, a gente tem gestão precarizada na assistência é de chorar a situação da gestão para a assistência (PROFISSIONAL 02).

A partir das falas acima apresentadas, pode-se inferir que as profissionais tem total clareza das dificuldades que perpassam o desenvolvimento da Política de Assistência Social e reconhecem que essas dificuldades também se dão em decorrência do descompromisso dos/as gestores/as e/ou até mesmo da incompreensão destes/as sobre a importância da política em tela para a população que dela necessita.

3.2.5 Atividades desenvolvidas e dificuldades enfrentadas pelo Serviço Social no Programa de Atendimento Integral a Família do CRAS no referido Município

As atividades desenvolvidas pelas Assistentes Sociais do CRAS serão relatadas a seguir.

[...] a nossa acolhida com o usuário, ao atendimento socioassistencial individualizado, a gente não tem atendimentos coletivos que isso é uma grande falha. Eu acho que o CRAS ele precisa sim funcionar numa perspectiva de trabalhar com famílias em conjunto [...]. A gente referencia visitas técnicas dos SCFV, a gente realiza busca ativa, faz cadastramentos do bolsa família, atualização, averiguação, inclusive quando tem demanda do Ministério Público. A gestão não contrata outros profissionais e fica a cargo da gente enquanto equipe do PAIF mais uma atribuição em termos disso e as barreiras de hoje é a falta de planejamento com a equipe, é uma grande barreira que a gente acaba tendo enquanto equipe técnica é a gente mesma ou a gente faz ou não tem ninguém que chegue [...]. [...]. Os transportes próprios para as visitas domiciliares que a gente fica muito dependente de outras secretarias, de carros da saúde, agora o município foi contemplado com o carro do Conselho Tutelar que via de regra era pra ser uso exclusivo do Conselho, mas a gente tá tendo acesso a esse carro porque não se disponibiliza de outros que até prejudica o nosso trabalho porque a gente chega nas comunidades locais as pessoas falam a equipe do Conselho Tutelar, causa até um pouco de susto as famílias, porque se perguntam oxe que eu to devendo para que esse carro tá aqui? Gera um pouco a

barreira da família com a discussão da gente que vai fazer busca ativa. Eu até fiz uma visita no São Pedro e foi bem constrangedor [...] (PROFISSIONAL 01).

Assim o trabalho do assistente social no PAIF perpassa também o diálogo com outras profissões, no caso, o assistente social e outros profissionais da área de humanas. [...]. No sentido de dificuldade temos o próprio financiamento e dentro das atividades inerentes ao PAIF, os transportes, motoristas, recursos para realizar as atividades para que a gente tenha uma política de qualidade, material disponível no sentido de material pedagógico, material de expediente, material para fazer outras atividades manuais que fazem parte das atividades dentro do PAIF. Então são muitos desafios, mas tudo esbarra na questão da gestão com certeza (PROFISSIONAL 02).

As falas acima vão à mesma direção no tocante a questão da compreensão das dificuldades enfrentadas pelas profissionais de Serviço Social no seu cotidiano de trabalho, elucidando a precariedade nas condições objetivas para o desenvolvimento desse trabalho, dificuldades essas que se dão, de acordo com as referidas profissionais, em decorrência da omissão/descompromisso de gestão com a Política de Assistência Social no referido município, o que vem, indubitavelmente, a dificultar o exercício profissional e, conseqüentemente o atendimento às demandas apresentadas pela população usuária, conforme será discutido a seguir quando indagamos as assistentes sociais se as atividades desenvolvidas atendem às demandas dos/as usuários/as que procuram o CRAS, vejamos:

As demandas, a atividade imediata à gente consegue dá respostas a algumas, até porque têm questões que a gente não vai dar conta nunca, a questão da fome, dos benefícios eventuais tá muito além da gente, a gente faz o atendimento, a visita viabiliza sim o direito, mas também diante a demanda de atendimento a gente não consegue fazer o acompanhamento contínuo dessas famílias [...] (PROFISSIONAL 01).

Não, porque primeiro existe uma sobrecarga de trabalho com a gente, existe a ausência de profissionais que assuma suas responsabilidades. Na maioria das vezes deixamos de fazer alguma das nossas atribuições como poderia voltar à questão das visitas domiciliares para o acompanhamento de alguma família em descumprimento ou situação de vulnerabilidade [...] (PROFISSIONAL 02).

É interessante notar, a partir das falas acima, que as profissionais reconhecem o seu empenho no tocante ao processo de trabalho desenvolvido na instituição, mas também reconhecem que isso não é suficiente para atender as

demandas cotidianas devido à complexidade dessas demandas e ao quantitativo reduzido de profissionais para o desenvolvimento das atividades diárias. Esse fator, somado a questão do descaso com que a política de assistência social é tratada, realmente são indispensáveis para a compreensão de que a referida política é tratada de forma minimalista e secundarizada, tornando-se, por sua vez, fragmentada e excludente, gerando uma série de demandas reprimidas.

Ressalta-se que a demanda reprimida é algo que infelizmente se faz muito presente no cenário contemporâneo em decorrência da aviltante política neoliberal, a qual prima o afastamento do Estado no tocante às suas responsabilidades, de modo que este se torne “mini max”, mínimo para o social e máximo para o capital, incentivando a sociedade civil a recorrer à iniciativa privada para o atendimento de demandas que seriam de incumbência do Estado, fazendo com que aquelas pessoas que têm um melhor poder aquisitivo paguem por serviços privados, já aquelas que não têm condições devem se contentar com os parcos e medíocres serviços públicos, gerando, portanto, uma grande desigualdade entre aqueles/as que podem e aqueles/as que não podem pagar por um atendimento mais rápido e de “melhor” qualidade.

Diante disso, muitas pessoas ficam a mercê dos seus direitos, tendo que se contentar, pois não há uma outra saída, com os precários, sucateados e focalistas serviços públicos que se tornam cada vez mais reduzidos e seletivos em decorrência do Estado neoliberal.

3.2.6 Principais demandas que os/as usuários/as do referido CRAS apresentam ao Serviço Social

Com relação a esse questionamento, as duas profissionais forneceram basicamente as mesmas informações. Por essa razão, sinalizamos apenas uma das falas, ou seja, pela similitude que existiu entre elas, daí apresentarmos as duas seria uma mera prolixidade.

As maiores demandas acho que a primeira é relacionada à Bolsa Família em termo de atualização [...], e também dos descumprimentos das condicionalidades em relação a beneficiários crianças e adolescentes com baixa frequência escolar que aí repercute diretamente no recebimento que gera uma notificaçãozinha que acabam buscando o CRAS para acessar; outra demanda que agora a gente tá tendo bastante é a solicitação de kits para o auxílio natalidade que por sinal está suspenso, que é outro desafio, que é

uma demanda sim apresentada e a gestão não dá respostas sobre a viabilização deste kit [...]. É um direito e precisa ser garantido, inclusive tem aporte financeiro previsto na LDO, na LOAS, nas leis orçamentárias, mas que ficam aquém, benefícios também ta tendo muitas demandas no início do ano aos auxílios vulnerabilidades temporárias para aquisição de fornecimento de alimentos, gêneros alimentícios. Outra demanda que é comum é a questão do passe livre que tem bastante também, esse ano já teve bastante procura e para acessar outros direitos como orientação para BPC, mas então a pessoa não está só procurando o setor social para obter informação sobre a inclusão do CadÚnico, mas para obter informações sobre a permanência dentro do benefício porque o vizinho chega lá dizendo que não vai ter direito, a gente tem muitas orientações para família que vem buscar saber quais os direitos, passe livre, benefícios eventuais e são essas demandas (PROFISSIONAL 01).

A atuação dos profissionais de Serviço Social na Política de Assistência Social, basicamente, a depender do nível de proteção social (básica, média e alta complexidade) em que tal política se insere, e processa da mesma forma, o que muda, sem dúvidas, é a forma como os/as profissionais desta categoria identificam e medeiam as demandas que surgem diariamente, ou seja, dependendo, portanto, da dimensão política que ancora a formação e posicionamento deste/a profissional para a compreensão e atendimento a essas demandas, pois mesmo diante de conjunturas de crise, como a que estamos vivenciando no cenário contemporâneo, as mediações realizadas pelo/a assistente social fazem todo um diferencial para a viabilização do acesso aos direitos da população usuária.

Quando questionadas sobre se fosse possível mudar algo no seu exercício profissional, diante das dificuldades e peculiaridades da prática cotidiana, as entrevistadas emitiram as seguintes respostas:

[...] se eu pudesse, se eu tivesse esse poder né? De mudar alguma coisa não só no exercício profissional, mas eu penso mais no ambiente de trabalho, a gente precisa estabelecer planejamento porque eu acho muito clara as atribuições da gente, onde a gente pode ir e onde não pode ir. Acho que temos um respaldo muito bom pelo Código de Ética e pela lei que regulamenta profissão, a gente tem isso muito bem estabelecido e eu não mudaria nada daquilo não. O que eu mudaria era o processo de gestão, mesmo o que é competência lá do secretário, o que é competência lá do coordenador, o que é competência lá da recepcionista o que é competência dos orientadores sociais do SCFV e aí sim se cada um exercesse de fato seu papel no sentido de cada um assumir suas responsabilidades e atribuições e a gente do setor social ficar só com as atribuições inerentes e pertinentes ao setor social [...]. Mas, em termos de exercício de fazer não tem o que mudar porque é algo que é claro, tanto as habilidades da própria política estabelecida pra

gente dentro daqueles cadernos de orientações técnicas do PAIF que é muito clara [...] (PROFISSIONAL 01).

O que eu mudaria? São tantas coisas, mas assim não seria uma mudança da estrutura da atuação do profissional de Serviço Social, mas seria uma mudança positiva no sentido em atender mais demandas pertinentes ao Serviço Social [...] e tentar fazer nossas atribuições privativas assumindo nossas reponsabilidades porque as famílias necessitam desse acesso, aí só se a outra parte ficar descoberta. As famílias também vão sentir o não acesso, a negação desses direitos, então não seria uma mudança do profissional do serviço social, mas de gestão de estrutura , cobertura do serviço social pra que a gestão tivesse liberdade para atender as demandas que a gente apresenta, seria mais nessa perspectiva talvez de ampliar a atuação do nosso trabalho [...] (PROFISSIONAL 02).

As falas acima demonstram claramente que as profissionais têm clareza da necessidade de mudanças não no seu exercício profissional de modo específico, mas de mudanças no que concerne à própria gestão, pois a forma como a política de Assistência Social vem sendo operacionalizada reflete claramente o descompromisso da gestão com relação à mesma e tal situação rebate diretamente no exercício profissional das assistentes sociais, tendo em vista que mesmo que disponham de condições subjetivas suficientes para mediar às demandas que lhes chegam no dia a dia, as condições objetivas causam entraves para o atendimento a essas demandas.

3.2.7 Concepção das Assistentes Sociais sobre a atuação do Serviço Social na instituição

Com relação à forma como as Assistentes Sociais percebem e avaliam a sua atuação no CRAS, obtivemos os seguintes posicionamentos:

[...]. O assistente social na assistência ele é um profissional chave, sem ele, não desmerecendo nenhum outro profissional, pois cada um tem sua importância, sua funcionalidade, mas na assistência o assistente social ele é o médico da saúde, sem ele a gente não consegue avançar [...]. A gente fez muito encerramento de acompanhamento de família agora em janeiro e vimos uma evolução concreta dos casos e é assim, é algo que traz muitas felicidades pra gente quando escuta o feedback da família, como: “Se não fosse por vocês eu não conseguiria ter chegado aqui”, é algo que dá prazer pra gente, compreende poxa realmente estou no caminho certo e estou fazendo muita diferença na vida de outras pessoas como também a gente se frustra diante dos casos que acompanha há quase cinco anos e não vê evolução, poxa , esse caso não evolui, está estagnado ou está regredindo né? Mas a gente sabe que também tamo ali tentando e contribuindo de certa forma para a reflexão pelo menos

daquelas famílias do contexto em que vive então é isso [...] (PROFISSIONAL 01).

O Serviço Social para além desta questão de equipe, o serviço Social junto ao PAIF ele é pedra fundamental, ele é pilar, ele é estruturante, sem o Serviço Social a equipe perde a essência desde uma visão mais ampla da sociedade, de tudo, como funciona, o conhecimento das expressões da questão social de uma visão ampla da sociedade, de tudo. [...]. Mas só quem está aqui é que sabe das angústias dos desafios, das incapacidades a gente também é incapaz para atender todas essas demandas, somos seres humanos. [...] mas estamos aí, fazer com que o Projeto Ético Político não se perca (PROFISSIONAL 02).

As profissionais reconhecem a importância do Serviço Social para a operacionalização da Política de Assistência Social e também enfatizam que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no exercício profissional cotidiano, há o reconhecimento por parte da população usuária com relação à conquista de direitos mediada pelas assistentes sociais.

Isso posta ratifica-se o compromisso das profissionais com a profissão e com o seu exercício profissional na medida em que enfatizam que apesar das dificuldades e limitações inerentes ao contexto delineado pela sórdida política neoliberal, ainda “ousam” em desenvolver o seu exercício profissional de forma comprometida com os pressupostos do projeto profissional hegemônico na profissão, pois como afirma IAMAMOTO (2003, p.141) “A consolidação do PEPSS que vem construído requer remar na contracorrente, andar no contra vento”. Portanto, buscar efetivar o referido projeto na atual conjuntura se configura como um grande desafio que precisa ser rompido no cotidiano do exercício do Serviço Social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões traçadas no decorrer deste Trabalho de Conclusão de Curso se configuraram para nós como um grande desafio pelo fato de além de analisarmos sobre a Política de Assistência Social desde sua gênese ao cenário contemporâneo, também analisamos sobre a atuação do Serviço Social nesse contexto, diante das múltiplas e intensas transformações que tanto a referida política, quanto a profissão vem sofrendo no atual contexto societário.

A Política de Assistência Social tem enfrentado uma série de restrições orçamentárias em decorrência da contrarreforma do Estado que vem sendo ampliada nos últimos tempos em decorrência da falaciosa crise do Estado, que na verdade não é nada mais que a crise do modo de produção capitalista. Diante disso, o Serviço Social que tem nas políticas públicas a sua base de fundação sócio ocupacional para o atendimento sistemático às refrações da questão social, vem sofrendo fortes impactos, seja pelo fato de atuar na operacionalização dessas políticas restritivas, parcas e precarizada, seja pelo fato dos/as assistentes sociais também serem trabalhadores/as inseridos/as na divisão sócio técnica do trabalho.

O presente estudo foi revelador do cenário acima discutido a partir da pesquisa exploratória de campo realizada com os/as assistentes sociais que atuam no CRAS deste município na operacionalização do SPAIF.

A referida pesquisa identificou claramente as condições e relações precárias a que os/as assistentes sociais estão submetidos/as no exercício do seu trabalho cotidiano, seja nas dificuldades de questões referentes à infra estrutura (ausência de carro, birô, telefone, computador etc), seja devido à ausência de apoio de gestão para o desenvolvimento de atividades referentes a Política de Assistência que são importantes para a efetivação da mesma no município, gerando um certo descontentamento por parte dessas profissionais pelo fato de não conseguirem atuar como de fato propõe e demanda o SUAS.

As profissionais que se configurarão como sujeitos da apresentam clareza com relação às suas atribuições e competências no SPAIF, bem como compromisso com relação ao trabalho e a população usuária dos seus serviços, mas entendem que nem sempre têm possibilidades de atender as demandas apresentadas por este público em decorrência do processo de desmonte que tal política vem enfrentando,

mas também reconhecem a importância do Serviço Social para viabilizar e mediar as relações no contexto institucional, ao mesmo tempo em que também sinalizam que há o reconhecimento por parte da comunidade atendida com relação a proeminência do papel da profissão no tocante ao agilização e resolutividade de algumas situações/demandas identificadas.

Diante do exposto, acreditamos que o estudo em tela é de suma importância por apresentar uma realidade vivenciada, podendo contribuir para a realização de pesquisas posteriores em torno do assunto.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)**. Brasília: MDS/SNAS, nov. 2004.

_____. **O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social**. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil*. Brasília: MDS; UNESCO, 2009.

_____. Orientações Técnicas: **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. 1ª ed. – Brasília: MDS, 2009.

_____. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004) e Norma Operacional Básica (NOB/SUAS 2005)**. Brasília: SNAS, novembro, 2005.

_____. Orientações técnicas sobre o PAIF. Vol. 2. **Trabalho social com famílias do serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF**. 1ª ed. Brasília: MDS, 2012.

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. As Políticas Sociais nos governos do PT e a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. in: **4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**, Belo Horizonte, 2016.

CASTELO, R. Social-liberalismo, O – **Auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAVALCANTI, Bernardo Margulies; VENERIO, Carlos Magno Spricigo. Uma ponte para o futuro: reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. *Revista de*

CFESS. **ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM QUESTÃO**. 1ª EDIÇÃO AMPLIDA, 2012.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. TRABALHO E PROJETO PROFISSIONAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS. Brasília [DF]- 2011.

COUTO, Berenice Rojas. **A política de assistência social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos**. In:_____. [ET AL]. *O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: UMA QUESTÃO EM ANÁLISE**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **A Política de Assistência Social e o SUAS**: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: _____. [Et al]. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma questão possível? 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Yolanda. **O SERVIÇO SOCIAL FRENTE A CRISE CONTEMPORANEA: DEMANDAS E PERSPECTIVAS**. In Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social. Em <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000582.pdf>.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos, 10ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL** – esboço de uma interpretação histórico metodológica: Cortez – São Paulo.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo In: LAURELL, A. C. (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez/ Cedec, 1995, p. 151-178.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 4ª ed. São Paulo Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **PESQUISA SOCIAL**. Teoria, método e criatividade. 34ª ed. Editora Vozes, Rio de Janeiro: 2015.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NUNES Larissa, TEIXEIRA Solange. BARBARÓI, Santa Cruz do Sul. N°40, jan./ jun. 2014. O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AOS DIAS ATUAIS: UNIVERSALIDADE, FOCALIZAÇÃO OU SELETIVIDADE? Visto em 05/10/2018.

SILVA Roberta et al. **Políticas Sociais no Brasil**: do Neoliberalismo ao governo Temer in: VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Maranhão, 2017.

SPOSATI Aldaíza de Oliveira. **A menina Loas**. Um processo de construção da assistência social. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.

VASCONCELOS et al. **CRISE POLITICA E SOCIAL**. Ofensiva neoconservadora e neoliberal, estratégias e enfrentamento. Recife, EDUPE, 2018.

YAZBEK, M.C. **O significado sócio histórico da profissão**. In: CFESS/ABESS (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

03- Quais são as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social no Programa de Atendimento Integral a Família desta instituição? Você encontra alguma barreira para o desenvolvimento dessas atividades, qual/quais?

3.1-Na sua concepção, essas atividades atendem as demandas apresentadas pela população usuária? De que forma?

04- Quais são as principais demandas que os/as usuários/as da referida instituição apresentam ao Serviço Social?

05- Se fosse possível mudar algo no seu exercício profissional na perspectiva de atuação nesta instituição, o que você mudaria?

06- Como você considera a atuação do Serviço Social nesta instituição? Por que?

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, assistente social, estou sendo convidado a participar de uma pesquisa denominada **ATRIBUIÇÕES DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DISCUTINDO SOBRE O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIAS (SPAIF)**. Trata-se de uma pesquisa científica de caráter exploratório, a qual irá de consumir no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da discente **Fabrcia Maria de Andrade**, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Sousa/PB.

O referido trabalho é orientado pela **Prof. Mestre Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa** matrícula SIAPE: xxxxxxx, docente do curso de Serviço Social da instituição acima mencionada.

Em caso de algum esclarecimento da pesquisa poderei entrar em contato com a pesquisadora pelos respectivos contatos: (83) xxxxxxx, fabriciamaria12@hotmail.com.br bem como com a docente orientadora cimichalane@hotmail.com ou pelo telefone (83) xxxxxxx.

Dessa forma, concordo em dar minha colaboração para responder um questionário e gravar uma entrevista sobre o tema citado acima, autorizando a utilização de dados coletados apenas para análise de estudo e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos e/ou revistas especializadas e/ou encontros científicos, congressos e outros, sempre resguardando minha identificação.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar.

Este termo será elaborado em duas vias, sendo uma para a participante e outra para o arquivo da pesquisadora.

Desse modo, tendo sido esclarecida quanto ao teor das informações concedidas e tendo compreendido a natureza e objetivo do estudo proposto, manifesto meu livre consentimento em participar.

PARTICIPANTE DA PESQUISA

PESQUISADORA

Santa Cruz/PB ___ de _____, de 2019